Yolanda Vieira de Abreu
Sanay Bertelle Coelho

Evolução Histórica da Moeda
Estudo de Caso: Brasil (1889-1989)

Digitized by Google

YOLANDA VIEIRA DE ABREU
SANAY BERTELLE COELHO

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA MOEDA:
Estudo de caso: BRASIL (1889 – 1989)[1]

MADRI/ESPANHA
2009

[1] **Texto retirado e modificado da Monografia (TCC) defendida na Universidade Federal do Tocantins, Curso de Ciências Econômicas, "Evolução Histórica da Moeda: Estudo de caso: BRASIL (1889 – 1989)" por Sanay Bertelle Coelho,.Palmas-TO, 2008.**

Digitized by Google

Correção Ortográfica:

Cintia Vieira Muniz e

Renata Vieira Muniz

Capa:

Weleks Sousa Guimarães

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A162e Abreu, Yolanda Vieira de.
Evolução histórica da moeda estudo de caso: Brasil (1889 – 1989) / Yolanda Vieira de Abreu, Sanay Bertelle Coelho. – Málaga, Espanha: Eumed.Net, Universidade de Málaga, 2009.
104 p.: il.

Referências adicionais : Espanha/Português. Meio de divulgação: Meio digital, Home page: http://www.eumed.net/libros/2009a/477/index.htm
ISBN 978-84-692-0013-1 Biblioteca Nacional de Espanha registro: 09/20608

1. Economia monetária . 2. Economia Brasileira . 3. História da moeda . I. Título. II. Coelho, Sanay Bertelle.

CDD 332.4

Digitized by Google

Á família

Digitized by Google

AGRADEÇO

Fundación Carolina por ter me concedido
uma bolsa do programa de
"Formación Permanente - Movilidad de profesores de
universidades públicas brasileñas"

Yolanda Vieira de Abreu
Madri, 2009

Digitized by Google

RESUMO

Este estudo focaliza a evolução histórica da moeda no Brasil desde o período colonial até 1989. Primeiramente destaca-se a importância política, social e econômica do surgimento da moeda, seu conceito dado por diferentes autores, sua evolução e suas principais funções. Em relação à introdução do uso da moeda no Brasil descreveram-se os fatos e o contexto que levaram seu uso e sua influência no comércio da colônia brasileira e os que influenciaram no surgimento de novas moedas até 1989.

Digitized by Google

LISTA DE ABREVIATURAS

BEUB	–	Banco dos Estados Unidos do Brasil
FMI	–	Fundo Monetário Internacional
PAEG	–	Programa de Ação Econômica do Governo
PEM	–	Programa de Estabilização Monetária
PIB	–	Produto Interno Bruto
SUMOC	–	Superintendência da Moeda e do Crédito

Digitized by Google

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	ESTUDO DA ARTE DA MOEDA	12
3	SISTEMAS MONETÁRIOS	28
4	POLÍTICAS MONETÁRIAS	36
5	A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA MOEDA NO BRASIL	41
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
BIBLIOGRAFIA		101

Digitized by Google

1 INTRODUÇÃO

Não obstante a sua importância política, social e econômica, a moeda parece ser pouco compreendida na sociedade. Sua descoberta representou um notável avanço na história da humanidade. A moeda proporcionou ao indivíduo generalizar seu poder de compra e obter da sociedade aquilo que sua moeda lhe dá direito, sob a forma que melhor lhe convém. Sob este ponto de vista, alguns autores destacam que a moeda aparece como criadora da propriedade individual, característica que a acompanha desde o princípio. A magnitude e a importância da moeda exigem um estudo detalhado e objetivo para que se possa compreender o seu papel na economia. Através da divisão do trabalho e do desenvolvimento das economias, a moeda passou a incorporar novas funções, tornando-se sinônimo de riqueza e de poder coletivo e pessoal. Não é por outra razão que alguns autores clássicos como Marx, Weber e Simmel, davam grande destaque ao papel do dinheiro, ao analisarem o funcionamento dos sistemas econômicos. Marx discutiu os conceitos de valor de uso e valor de troca das mercadorias no capitalismo. Weber estudou o papel do dinheiro nas sociedades ocidentais modernas, a sua importância para racionalização da vida social e a definição dos preços dos bens e serviços. Simmel referenciou o dinheiro como sendo uma instituição fundamental no desenvolvimento das relações econômicas. Enfim, o uso do dinheiro, desde os primórdios das civilizações até os nossos dias, trouxe diversas consequências econômicas e sócio-culturais.

No Brasil, vários foram os fatos que impactaram a história da moeda. Em cada um desses momentos históricos o suprimento, a aceitação e até as próprias funções da moeda foram fortemente modificados.

A moeda está estreitamente relacionada com a história e o estágio de evolução da humanidade. Hoje, o uso da moeda na economia é tão

Digitized by Google

generalizado que se torna difícil imaginar o funcionamento do sistema econômico sem a mesma.

Na realidade, existiram grupos humanos primitivos que não utilizavam quaisquer formas de moeda. Esses grupos humanos, em geral nômades, sobreviveram sob padrões simples de atividade econômica, onde não conheceram a moeda e realizavam trocas diretas em espécies, denominadas escambo.

Essas formas de relacionamento econômico, com o passar do tempo, foram sendo modificadas pelo processo de especialização e divisão social do trabalho, ainda que em estágio primitivo. A vida social tornou-se mais complexa, a produção diversificou-se com a criação de instrumentos de trabalho exigidos pelas novas formas de produção e pelos novos padrões de vida. Dessa forma, o escambo foi gradativamente dando lugar a processos indiretos de pagamentos. A aceitação generalizada de determinados produtos recebidos em pagamento das transações econômicas, configura a origem da moeda.

Entre os instrumentos criados e continuamente melhorados pelo homem, a moeda aparece como um dos mais preciosos para atuar sobre a atividade econômica. Sem ela, nenhum progresso material e humano teria sido ou seria possível. Ela é hoje parte integrante da sociedade, por isso, o estudo dos problemas suscitados pela moeda é considerado bastante delicado, pois grande parte do seu valor provém do julgamento e do comportamento daqueles que a utilizam: os indivíduos, os grupos e as nações.

Assim, é necessário um estudo progressivo e relacionado às grandes evoluções que permitiram a nossa moeda ser o que é hoje. O conhecimento do tempo histórico em que as mudanças de moeda e de suas características físicas e nominais são indispensáveis, é o meio de se entender as longas e incessantes readaptações. Assim, a moeda acompanha a evolução do seu tempo para se adaptar à sua representação de valores das mercadorias e dos costumes em relação às suas trocas. Enfim, o estudo histórico dos costumes, da cultura e das políticas econômicas é crucial para determinar a criação de uma dada moeda ou tipos de moeda em dada época.

Digitized by Google

Este trabalho tem como meta estudar e responder a seguinte pergunta:: Quais foram os fatos históricos que levaram às mudanças das características e dos tipos de moedas entre 1889 a 1989 no Brasil?

Pretende-se responder esta pergunta estudando a evolução da moeda brasileira, os fatos históricos que estão relacionados com os principais eventos que levaram às mudanças do tipo e das características da mesma, tais como: a introdução da moeda no Brasil e sua influência no comércio da época; a criação de novas moedas brasileiras e as políticas econômicas que influenciaram para tal acontecimento. Serão também notificados os instrumentos monetários que podem mudar o valor da moeda no tempo e no espaço.

O objetivo geral deste estudo é analisar historicamente a evolução da moeda no Brasil entre 1889 a 1989. Os objetivos específicos são:

- Descrever a evolução histórica da moeda e sua importância como intermediária nas trocas de mercadorias;
- Apresentar os fatos e a necessidade que levou o uso da moeda e mostrar historicamente sua influência no comércio da colônia brasileira;
- Relacionar a criação de novas moedas no Brasil e o fato histórico que a determinou;
- Demonstrar os instrumentos monetários e históricos que determinaram as mudanças do valor da moeda ou a criação de uma nova moeda.

Digitized by Google

2 ESTADO DA ARTE DA MOEDA

Na economia moderna, produz-se riquezas para trocá-las ou permutá-las por outras para satisfação de nossas necessidades. A troca representa uma economia orientada pelo interesse das partes nela intervenientes. Os indivíduos oferecem os produtos do seu trabalho em troca daqueles de que necessitam e não podem produzir.

Segundo Galtaldi (2005), a troca não é natural no homem; nas sociedades primitivas surgiu ocasionalmente ou por doação recíproca (troca entre povos selvagens). Ampliou-se mais tarde com a divisão de ofícios e com o crescimento do mercado local para os mercados nacional e mundial.

Conforme a opinião de Carreiro (1944, p.17):

> A doação e o roubo são, ainda, anteriores à troca. Vêm depois as sociedades em que aparece a troca direta; depois, aquelas em que há mercadorias intermediárias; entre estas se opera uma seleção... Pela troca cada um de nós não precisa produzir todas as coisas de que tem necessidade; cada um trabalha e produz no ramo de sua atividade, com o fim de trocar o produto de seu trabalho pelos produtos do trabalho de outros.

Portanto, a troca pode ser considerada um escambo ou permuta e um acordo em que uma das partes dá o equivalente ao que recebe. A troca representa um importante papel na vida moderna. Ela impele o homem à vida em sociedade e ao intercâmbio, através de uma melhor utilização das riquezas e aproveitamento das pessoas e das suas capacidades produtivas.

Nas sociedades primitivas a diversidade dos produtos era pequena, tornando-se fácil o encontro de indivíduos que dispunham de excedentes desejados por outros cujos excedentes não eram rigorosamente coincidentes. Nesta fase, o que era rigorosamente coincidente era o desejo de trocas diretas, ou seja, o indivíduo A dispunha de excedentes desejados pelo indivíduo B e vice-versa. Esta coincidência mútua levava a uma operação rudimentar de

Digitized by Google

troca. Com o passar do tempo, se tornou difícil para as pessoas trocarem o que produziam pelas coisas que precisam através das trocas diretas (escambo).

Say (1986) nos dá um exemplo e mostra essa dificuldade ao contar a história do cuteleiro e do padeiro. O cuteleiro, para adquirir pão, irá ao padeiro oferecendo-lhe facas. O padeiro já possui facas e necessita de roupas. Para tê-las, ofereceria pão ao alfaiate. Mas este não precisa de pão e sim de carne. E assim por diante. A diferença na coincidência de gosto fez com que fosse criado um intermediário de troca, ou seja, alguma mercadoria que possuísse um valor comum para todos. Essa mercadoria é a moeda.

A moeda é essencial para a manutenção do modo de vida desenvolvido pela sociedade moderna. De acordo com Galves (1996), em uma sociedade que progrediu adotando a divisão do trabalho, diversificando os gastos e que precisa intensificar a circulação, a moeda é um instrumento útil e aceito por toda a comunidade como intermediária de trocas; ou seja, todos a recebem ou a dão em troca de qualquer coisa ou serviço. Define-se assim por essa função, e não pela matéria de que é feita.

A moeda representa o instrumento por excelência da troca. Segundo Gastaldi (1995), ela decompõe a troca em compra e em venda, sendo uma terceira mercadoria, convencional e representativa do valor de troca dos bens e mercadorias.

Segundo Galves (1996), essa troca operada pela moeda, que neste trabalho também será denominada de dinheiro, cria importantes efeitos na economia. Na troca direta realizada através da moeda não é possível alienar sem adquirir, assim a oferta cria sua demanda. Na troca indireta não é assim, por que esta se caracteriza por vender agora e em troca receber dinheiro e optar por não gastá-lo de imediato e sim poupar, entesourar-se, emprestar ou investir no mercado. Sob o ponto de vista da evolução histórica, segundo Weber (1968), o dinheiro tem o papel de criador da propriedade individual, ou seja, todo objeto com caráter de dinheiro possui caráter de propriedade individual.

Digitized by Google

Uma das funções mais antigas do dinheiro, de acordo com Weber (1968), é o meio legal de pagamento. Neste período, o dinheiro não tem nada a ver com a troca. Esta função se tornou possível desde que uma economia sem troca conheceu também prestações econômicas que requeriam um meio de pagamento como tributos, presentes aos chefes, preço da noiva, dotes, ajustes, multas, castigos etc. Em resumo, eram prestações que exigiam determinados meios de pagamentos.

Ainda segundo Weber (1968), outra função que também perdurou por longos períodos na história é a de meio de entesouramento. O chefe que desejava garantir sua posição devia estar sempre em condições de presentear o seu séquito em ocasiões especiais. Para isso, mantinham como meios de entesouramento, determinados objetos típicos. Neste caso, o dinheiro não era só um meio de troca, mas também um objeto de propriedade permanente. Quem o tinha, o possuía por razões de prestígio e para alimentar a sua vaidade social.

Assim, muitos são os objetos que serviram como dinheiro nesta fase e não havia um meio só de pagamento, mas sim vários objetos que circulavam ao mesmo tempo. Torna-se imprescindível estabelecer uma equivalência entre eles, ou seja, fixar uma escala de valores. Disto resulta o valor de uso dos bens, a sua importância social e a necessidade de contar em "números redondos" e de fácil manejo.

A moeda, portanto, "é mercadoria ou riqueza de aceitação geral, quer pela confiança que oferece em matéria de troca de objetos ou de serviços, quer por sua qualidade de medida comum de valores" (Gastaldi, 1995, p.222).

Podemos também defini-la de modo muito simples como "o instrumento que facilita as trocas e permite conservar e antecipar os valores" (Hugon, 1972, p.26).

Digitized by Google

A EVOLUÇÃO DA MOEDA

No alvorecer dos tempos, os primeiros agrupamentos humanos não utilizavam qualquer forma de moeda. Esses grupos sobreviveram de uma forma simples de atividade econômica. Realizavam trocas diretas em espécie denominadas escambo. Segundo Rossetti (1998), suas atividades se baseavam na exploração da natureza, através da caça, pesca, coleta de frutos selvagens, utilização de cavernas e peles de animais. Em um estágio mais avançado de cultura econômica, as trocas começaram a se realizar dentro do próprio grupo ou com outros grupos que passavam a manter contatos. Neste ambiente, os indivíduos dispunham de excedentes de determinados produtos desejados por outros indivíduos, cujos excedentes não eram coincidentes. O que era coincidente era a necessidade e o desejo de trocas diretas. O indivíduo (ou grupo) A dispunha de excedentes desejados por B; e o indivíduo (ou grupo) B dispunha dos excedentes desejados por A. Assim, a troca se realizava diretamente em espécie.

Ainda segundo Rossetti (1998), estas formas bem rudimentares de relacionamento econômico foram profundamente alteradas a partir da primeira evolução agrícola, que era a fixação de certos grupos em determinadas áreas, onde começaram a praticar a agricultura organizada. Em conseqüência, a vida social passa a ser mais complexa. A produção e a divisão social do trabalho diversificam-se, ainda que em estágio primitivo, e a especialização começa a se manifestar.

Segundo Adam Smith (1996), uma vez estabelecida a divisão do trabalho, é bastante pequena a parcela das necessidades humanas que pode ser atendida pela produção individual do próprio trabalhador. A maioria de suas necessidades é satisfeita, permutando a parcela do produto do próprio trabalho que ultrapassa o seu consumo, por aquelas parcelas da produção alheia de que precisar. Daí a necessidade de trocar uma coisa pela outra, ou seja, a propensão a intercambiar.

Muitas foram as mercadorias a serem cogitadas e também utilizadas para esse fim. Por muito tempo o comércio sobreviveu dessas simples trocas e

Digitized by Google

séculos se passaram até que um meio representativo do valor fosse inventado. Como relata Duram (1926), os primeiros instrumentos de troca foram aqueles aceitos por todos em pagamento: tâmaras, sal, peles, couros, ornamentos, instrumentos, armas, feijão, anzóis, pérolas, chá, pimenta e, por último, carneiros, porcos, vacas e escravos. Entre os caçadores e criadores, o gado era um bom padrão de valor e cômodo meio de troca.

As moedas que eram representadas por mercadorias, segundo Gastaldi (1995), variavam conforme o ambiente, os recursos naturais e mesmo com o gênero de trabalho predominante nas diferentes regiões. Eram mercadorias que de fato facilitavam a troca direta ou o escambo, permitiam a simplificação de cálculos efetuados pelas partes. E, de acordo com Hugon (1972), essas mercadorias deveriam apresentar as qualidades de utilidade de um bem econômico: ser rara para ter valor, corresponder a uma necessidade para ser desejada, procurada e aceita.

Ainda neste processo de troca persistiam certos inconvenientes existentes nas mercadorias-moeda. As mesmas não possuíam valor constante, suas formas eram indivisíveis e inúmeras mercadorias eram perecíveis. As mercadorias-moeda, portanto, funcionavam como intermediárias de trocas e medida de valores, mas não tinham uma terceira função que era a de reserva de valores.

Sempre sob a pressão do desenvolvimento da atividade econômica, a evolução monetária prossegue a fim de eliminar esses inconvenientes e conduzindo todas as sociedades a escolherem os metais preciosos como instrumento monetário.

Essa mudança, de acordo com Duram (1926), veio já no decurso das civilizações históricas, facilitando a troca dos excessos, aumentando a riqueza e o conforto dos homens.

A aceitação generalizada dos metais preciosos como moeda “deriva do fato de estes metais terem um valor intrínseco, são um meio monetário conveniente, uma vez que são portáteis e não estão sujeitos à deterioração” (Stanlake, 1989, p.132).

Digitized by Google

Como relata Weber (1968), os metais preciosos são inoxidáveis, pois não se alteram com facilidade, além disso, sua raridade contribui para que possuam uma valorização específica e, por fim, podem ser divididos mais facilmente.

Segundo Say (1986), não é de surpreender, portanto, que quase todas as nações tenham escolhido os metais para lhes servir de moeda. Assim, bastou-se que as nações mais industrializadas e mais comerciantes fizessem essa escolha para que as outras adotassem o mesmo.

Diferentes foram os metais utilizados pelas diversas nações. O ferro era o instrumento comum de comércio entre os espartanos; entre os antigos romanos era o cobre; o ouro e a prata eram os instrumentos de comércio de todas as nações ricas e comerciantes. Em geral se deu preferência ao ouro e à prata.

DAS PRIMEIRAS MOEDAS DE METAL NA CHINA ATÉ AS MOEDAS METÁLICAS DA ÁFRICA

China

Foi na China no período Chou (1112-256 a.C.) que nasceram as moedas de bronze com formas variadas: peixe, chave ou faca (Tao), machado (Pu), concha e a mais famosa (Bu) que tinha a forma de uma enxada. As formas das moedas vinham das mercadorias e objetos que possuíam valor de troca. Nessas peças, encontravam-se gravados o nome da autoridade emitente e o seu valor. No final desta dinastia, surgiu o ouro monetário (Yuanjin). Este tinha a forma de um pequeno lingote com o sinete imperial. Também nessa época surgiram as moedas redondas de bronze, com um furo quadrado no centro.

O papel-moeda chinês

Os primeiros registros da utilização do papel como moeda remonta do ano 89 (d.C.). As matrizes para a impressão eram confeccionadas em tabuleiros de madeira ou de bambu, sobre as quais era aplicada uma pasta especial, feita de polpa vegetal amolecida e batida. A madeira recebia tinta e os desenhos e

Digitized by Google

textos gravados eram passados para o papel. Essa invenção permaneceu escondida durante séculos. Sua importância se deve ao fato de os chineses terem erguido um templo em homenagem ao inventor dessa técnica. A partir de 610 (d.C.) missionários cristãos espalharam a novidade em outras terras.

África

As manilhas ou moedas-argolas feitas em sua maioria de cobre, eram empregadas como meio de troca na África Ocidental, que hoje compreende a Nigéria, Gana Benin e Togo. Seus valores eram proporcionais à quantidade de metal que continham, podendo pesar entre 2.700 e 200 gramas. Suas formas também variavam: ferradura, semicircular, anel, bracelete ou corda retorcida. Com oito delas comprava-se um escravo. Ao lado do valor monetário, essas peças tinham também clara função de ornamentação. Alguns exemplares são totalmente decorados, o que elevava muito seu valor artístico.

Moedas na Grécia Antiga

As primeiras moedas gregas começaram a serem cunhadas a partir do século VII a.C. com figuras de animais verdadeiros, plantas e objetos úteis ao homem.

As figuras das moedas primitivas mais famosas eram a coruja, o pegasus e a tartaruga. As tartarugas foram as primeiras a serem cunhadas na Grécia. Seus exemplares mais antigos são de 625 a.C. e durante um século foram elas que ditavam as leis nas trocas comerciais. As mesmas representavam Egina, florescente empório comercial do Peloponeso, e eram mais valiosas que as corujas, valiam o dobro: duas dracmas (dracmas-unidade da moeda de prata).

Os potros vinham em segundo lugar na ordem de valor monetário. Era cunhado em Corinto, importante centro comercial no istmo de mesmo nome, trazendo a impressão de um Pegasus (mítico cavalo alado). Podiam ser dracmas ou estateres (o estater era a unidade da moeda de ouro). Já as

Digitized by Google

corujas que eram cunhadas em Atenas, sendo menos valiosas entre as três, valiam uma dracma ou um estater. Mas, anos depois, foram descobertas várias jazidas de prata perto de Atenas e começou a ascensão desta cidade e conseqüentemente das corujas.

Por volta do ano 525 a.C, Atenas cunhou uma moeda esplêndida no valor de quatro dracmas, a tetradracma. Estas moedas estão entre as mais fascinantes da Antigüidade e por quase dois séculos não sofreram modificações. Mais tarde, os atenienses cunharam uma moeda no valor de dez dracmas, o decadracma.

Aos poucos, todas as cidades gregas começaram a cunhar moedas com efígies divinas. De simples instrumento de troca, as moedas transformaram-se em obra de arte. Pelo bom gosto, pelo requinte da cunhagem, pelo relevo acentuado das figuras em perfeita harmonia com a espessura do metal, as moedas gregas são únicas.

A evolução e classificação das moedas gregas

Partindo da Grécia, uma grande quantidade de prata inundou todos os países conhecidos da época com uma variedade de tipos de moedas. Em Acrópole de Atenas, no Partenon, criou-se uma coleção de moedas preciosas do mundo inteiro (o Tesouro de Delos). Enquanto isso, o templo de Apolo em Delfos, transformava-se no primeiro banco do mundo. Assim, nasceu a profissão de banqueiro e com ela surgia o sistema de empréstimo a juros.

Magna Grécia

Magna Grécia é a região do Sul da Península Itálica e parte da Ilha da Sicília que ficou ocupada pelos gregos até a sua tomada pelo Império Romano. Nesta região se encontravam as moedas mais bonitas do mundo: as decadracmas e as tetradracmas. Há vinte e cinco séculos essas moedas em prata quase pura – 43g no caso das decadracmas – são objetos de admiração e imitação.

Na Sicília e na Magna Grécia nasce, no final do século V a.C, a primeira moeda do Ocidente em que se podia confiar, vinculada ao valor do metal. A

Digitized by Google

variedade também era enorme: peças quadradas, pequenas, cuneiformes, recunhadas, fragmentadas ou cortadas.

As moedas de Alexandria

Em Alexandria (Grécia), Oriente e Ocidente se fundiam: povos de três continentes conviviam em paz, unidos pela mesma língua, o grego. Naquela cidade, ciência, literatura e arte falavam grego, influenciando a cultura dos outros países. Na Casa de Moeda de Alexandria, marcadas por um L, foram cunhadas algumas tetradracmas de prata, que eram as mais belas do seu período. Tais moedas possuíam um número que correspondia ao ano de reinado do soberano, ao contrário das antigas moedas gregas, que eram desprovidas de data.

As moedas de Roma até o fim do Império Romano do Ocidente

Antes do início da moedagem

A moedagem romana começou dois séculos mais tarde do que a das cidades da Magna Grécia. No século IV a.C., enquanto as moedas no mundo grego e na Sicília alcançavam a perfeição estilística, em Roma os animais ainda eram o principal meio de troca. Mais tarde, foi desenvolvida uma moedagem excepcional quanto à continuidade e variedade.

As moedas romanas "arcaicas"

A partir do século VII a.C, Roma adotou um bem para intermediar as trocas: o bronze (a prata precisava ser importada e desconhecia-se a existência do ouro na época). Eram peças de metal bruto fundido, avaliado com base no peso (92g a 4g), sem figuras. Essas moedas eram mais práticas que os animais, mas ainda não ofereciam as vantagens da moeda.

Digitized by Google

As primeiras moedas romanas

Por volta de 335 a.C. com o bronze pesado (aes grave), Roma ganhou sua primeira moeda – o as ou asse – fundida em forma redonda, com indicações de valor e impressos oficiais. A série do aes grave também é chamada libral (unidade de peso latina), pois, assim como a libra, o "as" dividia-se em doze uncias. Em 268 a.C. Roma, já poderosa, passou a confeccionar moedas de prata, iniciando a esplêndida era do denário romano.

Império Romano: início e fim da moedagem imperial

A moedagem imperial romana iniciou-se com César, em 44 a.C. Nesta época, as moedas republicanas transformaram-se em imperiais, acentuando seu caráter propagandístico e celebrativo, baseado em líderes, em personagens isolados, que dominavam a cena política. Não é de se estranhar que César, em 45 a.C, tenha sido o primeiro a colocar seu retrato em moedas, seguindo o exemplo do mundo grego, onde os reis cunhavam sua efígie sobre as peças. Por fim, a moedagem terminou em 476 d.C, com a queda de Rômulo Augusto e do Império do Ocidente.

A moedagem bizantina

Bizâncio, uma das mais poderosas cidades da Antiguidade, foi fundada em 675 a.C. pelos habitantes da cidade grega de Megara. A cidade tornou-se muito poderosa graças ao intenso comércio e à sua estratégica posição geográfica, no estreito que une o mar Egeu ao mar Negro, a Europa e a Ásia.

A moedagem bizantina apresenta uma iconografia (descrição ou representação de imagens) toda particular, menos realística e expressiva, mas ainda assim cheia de fascínio e mistério. São muitas as moedas de ouro: o sólido, o semisse (1/2 de sólido) e o tremisse (1/3 de sólido), todos originados de moedas romanas. Muitas vezes em forma de globo, elas tinham dimensões e forma de tigela. Devido à presença de figuras hieráticas de Cristo, da Virgem, de santos e do imperador e seus familiares, as moedas bizantinas tinham um

Digitized by Google

caráter sacro. Um dos mais freqüentes motivos ornamentais era a cruz, simples ou dupla. O imperador aparecia com vestes suntuosas, coroado por anjos, sentado no trono com um cetro ou um globo na mão, sempre retratado como se fosse um deus. Nas moedas bizantinas, nunca se representavam animais, cenas mitológicas ou festas leigas (que não são sacras). As legendas, gravadas em caracteres gregos, dispunham-se verticalmente ao longo do bordo externo ou, às vezes, ocupavam todo o reverso.

As moedas ibéricas

No ano de 711 d.C. travou-se na Espanha a Batalha de Guadalete, onde morreu o último visigodo (povo que habitava a península Ibérica até essa data). Começava a dominação árabe na península Ibérica. Depois de uma longa e conturbada etapa inicial, os muçulmanos edificaram uma civilização esplêndida que existiria até o século XV. Em seu auge, o domínio árabe estendeu-se por dois terços da península Ibérica. Mas na virada do milênio, o poder dos califas na região entrou num lento e prolongado declive. Estados cristãos surgiram em meio a esse processo, e os cristãos reconquistaram a península devido ao enfraquecimento dos árabes.

As moedas ibéricas refletem o choque de duas culturas, povos e religiões diferentes. Antes da invasão muçulmana, haviam circulado na região moedas gregas, celtas, cartaginesas, romanas e grosseiras imitações destas últimas, feitas pelos bárbaros. A partir do século VIII, juntaram-se ao grupo peças árabes,no início de prata e depois de ouro.

As moedas ibéricas mais importantes (excluindo as árabes) são as posteriores à união do reino de Castela e Aragão (1479), onde a abundância de ouro e prata, vindos do Novo Mundo, deu lugar às novas emissões antigas e mais rústicas. Dentre elas, sobressai-se o ducado – ou excelente – de ouro, com sua metade e múltiplos, que surgiu após a reconquista de Granada. A moeda traz os bustos de Isabel I e Fernando II o Católico (1479-1516). A denominação “excelente” vem do elevado título da moeda. Também se tornaram famosos os “reales de ocho” de prata (oito reales), que passariam

Digitized by Google

pela história como o dólar espanhol e sobreviveriam até meados do presente século.

As moedas do Renascimento

O Renascimento se caracterizou pela exaltação do homem e da criação. A cultura clássica foi redescoberta, e dela surgiu o Humanismo – o aspecto literário e filosófico do Renascimento. A moeda está relacionada com essa "evolução" de várias maneiras. Do ponto de vista econômico, a expansão do comércio e do bem-estar pede uma moedagem variada e de qualidade.

Do ponto de vista artístico, as moedas dessa época são o fruto de uma produção extremamente refinada: a cunhagem mais bem cuidada permite aos artistas obter mais precisão nos detalhes e criar cenas arejadas, muitas vezes transportadas das pinturas, dando admiráveis estudos de perspectiva e uma notável profundidade de relevo. Nunca nessa época a moeda foi a expressão fiel de seu tempo.

Nesse momento histórico, o volume de ouro em circulação na Europa aumentara aproximadamente doze vezes em apenas meio século. Predominam como moedas fortes, além do genovivo de Gênova de 1251, as florins de Florença de 1252 e os ducados de Veneza de 1284. Essas duas últimas moedas eram cunhadas em ouro puro. As moedas do Renascimento têm uma originalidade própria: a harmonia, o senso de composição e de espaço são características únicas das moedas dessa época. Nelas o artista buscava transceder o aspecto físico para tentar captar a alma do personagem. Instala-se, a partir de 1450, uma iconografia excepcional, variadíssima no estilo, sempre marcada por uma técnica muito evoluída.

Digitized by Google

AS FUNÇÕES DA MOEDA E SUA IMPORTÂNCIA

A moeda como intermediária de trocas

O valor de trocas é determinado pela quantidade de trabalho contido nas mercadorias. Segundo Ricardo (1988): "nas etapas primitivas da sociedade, o valor de troca de tais mercadorias, dependia quase exclusivamente da quantidade corporativa de trabalho empregada em cada uma" (p.14).

É esta função, também chamada de função de circulação, "que condiciona a própria evolução da atividade econômica, facilitando e acelerando as trocas" (Hugon, 1972, p.24).

Segundo Gastaldi (1995), a função básica como meio de troca, significa que a compra e venda de bens e serviços operam-se com a utilização de moeda. São comprados por moedas e vendidos em troca de moeda, mesmo sem necessidade de transferência física de meio circulante.

Outro benefício dessa função é a eliminação dos inconvenientes da necessidade da dupla coincidência de desejos exigida nas economias de escambo. Existem autores que consideram este benefício o mais importante. Para Robertson (1978), a maior vantagem da moeda é permitir ao homem, como consumidor, generalizar sua capacidade aquisitiva e demandar da sociedade aquilo que lhe convêm.

A moeda como medida de valor

Esta função da moeda surgiu no processo de análise da mercadoria que foi muito bem explicado por Marx. A mercadoria possui dois valores: o valor de uso e o valor de troca.

O valor de uso é a "utilidade" da moeda como um bem de uso próprio, propriedade privada ou pública, sendo usada para satisfazer suas próprias necessidades básicas. Assim, ao mesmo tempo em que podem ser utilizadas no processo de troca, podem e possuem um valor de uso e este valor só se realiza, no caso da moeda, através de sua utilização no mercado. Para Marx

Digitized by Google

(2006), o valor de uso possui o conteúdo material da riqueza seja qual for a forma social dela, e é também o caminho para se chegar ao valor de troca.

O valor de troca é explicado na relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes e, à medida que são trocados, esta relação pode mudar no tempo e no espaço. Segundo Marx (2006) qualquer mercadoria se troca por outras em diversas proporções.

O possuidor de uma mercadoria só a troca por outra quando o valor de uso satisfaz sua necessidade. Este processo é considerado então um processo individual. Ao mesmo tempo, o possuidor de uma mercadoria também deseja trocar sua mercadoria sem que a mesma possua valor de uso para o possuidor da outra. Este processo não é mais considerado individual e sim um processo social.

De acordo com Marx (2006), os possuidores de mercadorias só podem estabelecer valores entre suas mercadorias ao comparar com qualquer outra que seja uma equivalente geral. Portanto, a ação social de todas as outras mercadorias necessita de uma para representar seu valor. Assim esta mercadoria, que é uma equivalente geral, torna-se dinheiro. Tal mercadoria determina quem poderá comprar ou vender e tem tamanha força política e social dentro da sociedade que ele compara ao símbolo da "besta" do apocalipse bíblico e descreve essa comparação em seu livro "O Capital" em seu primeiro volume na página 111, citando o versículo bíblico abaixo reproduzido.

> Todos eles têm um mesmo, e entregarão sua força e seu poder à besta. E que só para comprar ou vender quem tiver o sinal, a saber, o nome da besta ou o número do seu nome" (Apocalipse, cap.13, v.15, 16,17).

Portanto, o dinheiro é criado pelo processo de troca, e serve para equiparar e possuir os diferentes produtos do trabalho humano.

A utilização da moeda exige a criação de uma unidade-padrão de medida, onde são convertidos os valores de todos os bens e serviços disponíveis, isto é, "o dinheiro expressa o valor de todas as coisas e serviços, mediante a indicação da quantidade de uma unidade monetária; e assim

Digitized by Google

permite comparar entre si os valores de todos os bens econômicos" (Galves, 1996, p.262).

Essa função "constitui a própria essência da moeda; uma moeda que não preenchesse essa função não seria uma moeda, mas uma moeda que tivesse apenas essa função funcionaria" (Hugon, 1972, p.24).

A moeda desempenha esse papel graças às suas qualidades de conservação e de permutabilidade. Pode assim "acumular os valores adquiridos e servir de instrumento de poupança e, nesse sentido, representa uma espécie de vale sobre o ativo social" (Hugon, 1972, p.26).

De forma mais ampla podemos dizer "que a moeda exerce a função de reserva de valor a partir do momento em que recebemos até o instante em que a utilizamos para consumo" (Passos e Nogami, 1999, p.375).

A moeda como padrão de pagamentos diferidos

Esta função "é a capacidade de facilitar a distribuição de pagamentos ao longo do tempo, para a concessão de crédito ou de diferentes formas de adiantamentos" (Rossetti, 1998, p.23). É uma função importante para o funcionamento da economia moderna, viabilizando os fluxos de produção e renda que se desenvolvem por etapas, exigindo que, ao longo delas, sejam antecipados diferentes tipos de pagamentos.

O dinheiro assume aqui "sua função de viabilizar o pagamento futuro de uma mercadoria. Funciona como forma de operacionalizar o sistema de crédito" (Búrigo, 2001, p.4).

A moeda como instrumento de poder

Nas fases primitivas da evolução, segundo Weber (1968), o dinheiro havia de possuir uma das qualidades mais importantes que, atualmente, se exige dele: não a sua facilidade de transporte, mas a sua capacidade de conservação.

Digitized by Google

A moeda pode também servir como instrumento de poder econômico, político e social. Esta função existe “à medida que se admite a moeda como um título de crédito. Os que a detêm possuem direitos de haver sobre os bens e serviços disponíveis no mercado” (Rossetti, 1998, p.24).

Digitized by Google

3 SISTEMAS MONETÁRIOS

Sistema monetário, segundo Bruno Ratti (2001), é o conjunto das diversas moedas que circulam em um país, guardando entre si relações definidas de valor, de acordo com normas legais estabelecidas pelas autoridades monetárias.

As autoridades monetárias de um país, ao criar um sistema monetário vão, através de uma lei, determinar o quantum de um metal precioso (ouro ou prata) que cada unidade monetária deverá conter, ou seja, determinam o padrão monetário. Atualmente não existem mais sistemas monetários com padrões expressos em termos de metal precioso. O valor do padrão monetário era determinado tomando como base de cálculo o valor de mercado do metal precioso, na época de sua fixação. Por exemplo, o padrão monetário do cruzeiro era de 0,048.036.3 gramas de ouro fino.

TIPOS DE SISTEMAS MONETÁRIOS

Os sistemas monetários são classificados quanto ao tipo de garantia ou quanto à conversibilidade. Quanto ao tipo de garantia, podem ser monometálicos e bimetálicos.

Os sistemas monometálicos são aqueles nos quais a garantia é representada por um único metal. Podemos distinguir dois tipos: o monometalismo-ouro e o monometalismo-prata.

O monometalismo-ouro, também conhecido por padrão-ouro, foi o mais utilizado em quase todos os países. No monometalismo-prata, a garantia era representada pela prata.

O sistema monetário bimetálico era representado por dois metais (ouro e prata). Nesse sistema era estabelecida uma relação legal de valor entre os

Digitized by Google

metais. Essa relação era fixada em 1:15,5, ou seja, um grama de ouro era equivalente a 15,5 gramas de prata. Essa relação também podia sofrer alterações de acordo com o país e a época.

Esse sistema tinha muitas falhas, pois os preços de mercado dos dois metais oscilavam de maneira diferente, fazendo com que a relação de valor no mercado fosse diferente daquela relação legal determinada pelas autoridades monetárias.

O padrão-ouro

Para melhor compreender o sistema monetário, é preciso entender o que foi o padrão-ouro. O mesmo foi um sistema internacional de taxas de câmbio fixas, cujo surgimento e operação muito deveram às condições históricas da época, de sua implantação, e também a várias decisões autônomas dos governos nacionais.

O padrão-ouro era direcionado para a estabilidade da moeda e das taxas de câmbio. Uma eventual perda de confiança na capacidade de sustentação da conversibilidade implicava em uma grande vulnerabilidade dos sistemas financeiros dos países que adotavam o padrão-ouro, que a partir de 1870 foi convertido em base para as operações monetárias internacionais.

Segundo Rossetti (1998), podemos admitir que o sistema monetário seja parcialmente representativo e que a base monetária desse sistema seja formada por peças de ouro, onde a aceitação fundamenta-se no valor intrínseco desse metal, enquanto mercadoria, e que também existe uma rede de casas de custódia funcionando como casas bancárias, e que o público efetua depósitos em peças metálicas e recebe como contrapartida um tipo de certificado de depósito conversível em ouro a qualquer momento. Como os agentes não solicitavam suas conversões ao mesmo tempo, criavam-se condições para que as casas bancárias pudessem emitir certificados de depósitos sem o correspondente lastro em ouro. Enquanto houver confiança do público em seu sistema bancário, os certificados de depósitos são utilizados como meios de pagamento, cuja aceitação corresponde às das próprias peças

Digitized by Google

metálicas, concluindo, portanto o seu processo de criação de moeda. Logo, já sabemos como se cria moeda no padrão-ouro.

No início do século XIX somente a Grã-Bretanha havia adotado plenamente o padrão-ouro. Muitos países ainda praticavam o bimetalismo. A Segunda Revolução Industrial e a ascensão da Grã-Bretanha e da Alemanha como as principais potências econômicas mundiais, empurraram os países para o ouro. Assim, passaram a aderir ao sistema: a Dinamarca, Holanda, Noruega, Suécia e outros da América Latina: a Argentina, México, Peru e Uruguai. Em outros países, sempre que solicitados, seus governos se prontificavam a converter o dinheiro em ouro circulante a um preço fixo. No Brasil e em outros países periféricos, o sistema não foi adotado por ser achar que a presença desses países e seus problemas de financiamento, desestabilizariam o sistema. Dessa forma, a circulação de papéis-moeda foi feita pelo chamado sistema de "curso forçado".

O padrão-ouro nos países periféricos

Os resultados do padrão-ouro nos países periféricos não foram muito satisfatórios, devido principalmente à falta de cooperação para com regiões tão distantes, pois os principais bancos europeus entediam que os problemas na periferia colocavam em risco a estabilidade do sistema. Além disso, na América Latina, por exemplo, não havia bancos centrais com os quais os países pudessem articular uma prática cooperativa e também os próprios sistemas bancários eram frágeis e vulneráveis a dificuldades no balanço de pagamentos.

Outro problema sério era sua vulnerabilidade externa face às flutuações em seus termos de troca, dada a especialização destes países na produção e exportação de uma pequena diversidade de produtos primários. Este problema em particular, aliado aos efeitos desestabilizadores causados por mudanças nos fluxos de capitais internacionais, fazia com que os impactos nas contas correntes de capital se reforçassem mutuamente.

Em alguns países da América Latina e sul da Europa eram grandes as pressões por uma desvalorização da moeda, que teria como resultado a

Digitized by Google

suspensão da conversibilidade em ouro. Isso ocorreu na Argentina, Brasil, Chile, Itália e Portugal, onde eram muito fortes as influências políticas dos proprietários de terras e dos exportadores de produtos básicos, que freqüentemente eram os únicos grupos de interesse da época.

O padrão-ouro na Europa Ocidental

A estabilidade do sistema nos países da Europa ocidental entre 1870 e 1913 só foi possível, segundo Eichengreen (2000), graças ao papel exercido pela Grã-Bretanha como pilar financeiro do sistema e também em função da abertura dos mercados e do crescimento do comércio que, atuando em conjunto, garantiam o funcionamento do mecanismo de ajuste característico do padrão-ouro. Contribuiu também para o relativo sucesso do padrão-ouro em sua primeira fase o isolamento político desfrutado pelas autoridades monetárias, as quais podiam se comprometer com a manutenção da conversibilidade em ouro, obtendo a credibilidade do mercado e também a paz que predominou na Europa neste período, facilitando a cooperação internacional que deu sustentação ao sistema quando sua existência foi ameaçada.

Os graves problemas decorrentes da eclosão da Primeira Guerra Mundial resultaram na instabilidade do padrão-ouro, e a libra esterlina, que antes fora fundamental para o sistema, já não desfrutava da mesma posição privilegiada ao final da guerra, além do que o mundo já observava a ascensão política e econômica dos Estados Unidos.

Segundo Eichengreen (2000), no período entre guerras houve uma tentativa de retorno ao padrão-ouro na Europa, mais precisamente na segunda metade da década de 1920, embora não funcionando tão bem quanto no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. Com a perda da flexibilidade nos mercados de trabalho, devido ao aumento da sindicalização, e também no de commodities, em função das intervenções dos governos visando manter a competitividade de suas pautas de exportações, o padrão-ouro restaurado não conseguia absorver impactos com facilidade, sendo que o aumento das pressões sociais por crescimento e emprego tornava nula a

Digitized by Google

credibilidade do novo regime. O próprio capital financeiro, que antes atuava como um fator estabilizador, agora fugia em massa gerando fortes crises econômicas e políticas, culminando em 1929 na Grande Depressão e no colapso definitivo do próprio padrão-ouro na Europa.

Sistema de moeda representativa

Neste sistema, o valor das notas em circulação é igual ao valor do metal precioso depositado nos cofres dos Bancos Centrais ou do Tesouro. A cobertura do sistema, então, é de 100%. As notas podiam ser apresentadas pelos seus portadores às autoridades monetárias e convertidas em metal precioso a qualquer momento.

De acordo com Ratti (2001), esta prática permitia a diminuição das despesas com a cunhagem das moedas, além de evitar seu desgaste pelo uso constante e pela possibilidade de fraudes provenientes da retirada, pelo público, de uma parte do metal precioso contido nas moedas. Essas notas constituem o que se denomina moeda-papel.

Sistema de moeda de conversibilidade parcial

No auge da vigência do padrão-ouro e da conversibilidade total, os portadores de notas (moeda-papel) garantiam que estas possuíssem uma correspondência do seu valor nominal em ouro, e sua conversibilidade neste metal era de 100%. Porém, este sistema apresentava também uma rigidez muito grande para as autoridades governamentais.

Uma vez atingido o limite de emissão, que deveria corresponder ao valor do lastro metálico em depósito, o governo era impedido de expandir as atividades econômicas. Emissões acima do limite só poderiam ser realizadas se o governo conseguisse aumentar seus estoques de metal precioso, o que nem sempre era possível. Além disso, a produção mundial do ouro era pequena, não podendo atender as necessidades de todos os países que

Digitized by Google

tinham de aumentar suas reservas de metal para elevar seus meios de pagamentos (Ratti, 2001).

Como os portadores de notas não solicitavam ao mesmo tempo a sua conversão em metal, os governantes então, foram emitindo notas além do lastro metálico, surgindo assim, o sistema de conversibilidade parcial.

Para evitar abuso por parte dos governantes, foi determinado o porcentual mínimo de reservas metálicas em relação ao meio circulante. Essa porcentagem, segundo Ratti (2001), era fixada em 40%, 30%, 25%, ou menos. Mas, na prática muitos governantes não obedeciam a essas determinações. Ainda, nesse momento, nos encontramos em um sistema de moeda-papel.

Sistema de moeda inconversível

Neste sistema as notas não são mais conversíveis em metal precioso, embora possam existir reservas metálicas em poder do governo. Essas notas inconversíveis em metal são denominadas papel-moeda ou moeda fiduciária.

Evitaram-se assim, as "corridas" ao Tesouro Público e aos bancos, o que era muito comum em situações de guerra ou outra qualquer.

De acordo com Ratti (2001), como o estoque de metal precioso não era suficiente para atender a todos os portadores de notas que desejavam sua conversão em metal, o governo intervinha e suspendia temporariamente a conversão, estabelecendo o curso forçado das notas.

Aos poucos essa intervenção temporária do governo foi se transformando em definitiva.

Para Gudin (1954), o valor do papel-moeda depende de sua aceitação geral e de seu curso legal. Enquanto as pessoas o aceitarem, não haverá problemas.

Hoje não existem mais sistemas monetários conversíveis. Os sistemas atuais são todos de notas bancárias sem conversibilidade em metal precioso.

Digitized by Google

Além do papel-moeda, a comunidade econômica também utiliza a chamada “moeda escritural” para realizar suas transações.

Moeda escritural ou Moeda bancária

A moeda escritural é representada pelos depósitos existentes nos bancos ou instituições de créditos movimentados por cheques e que se encontrem à livre disposição dos seus depositantes. Representa também uma fonte adicional de meios de pagamentos e permite a liquidação de transações sem necessidade da utilização da moeda emitida pelo governo.

As razões pela preferência dessa moeda são grandes: maior segurança, facilidades para liquidação de transações de elevado valor, precisão maior de registros, controles para fins contábeis e de comprovação de pagamentos, além da ampliação das possibilidades de obtenção de empréstimos via manutenção de saldos bancários.

Segundo Berchielli (2000), o uso da moeda escritural expandiu-se de tal forma que os depósitos à vista (em conta corrente) passaram a representar uma parcela muito maior do que o próprio papel-moeda em circulação.

Sistema Monetário Internacional

O período de 1870 a 1914 caracterizou-se pelo funcionamento generalizado do sistema do padrão-ouro. O mesmo foi suspenso em consequência do conflito mundial que provocou uma forte inflação e desequilíbrios das economias de diversos países.

De acordo com Ratti (2001), o período correspondente entre as duas guerras mundiais foi caracterizado por uma grande desorganização do sistema monetário mundial. Tentou-se adotar em 1922 um sistema semelhante ao padrão-ouro, ou seja, os países signatários manteriam como reservas não só o ouro, mas também moedas que fossem conversíveis em ouro. A grande depressão da década de 1930 complicou essa tentativa de retorno a um sistema monetário estável. De 1946 a 1971 o sistema monetário internacional

Digitized by Google

foi governado pelas regras do Fundo Monetário Internacional (FMI). Cada país que entrava como associado ao Fundo, obrigava-se a declarar o valor de sua moeda em termos de ouro e dólares, além de se comprometer em evitar uma variação superior a 1%, para cima ou para baixo, do valor da paridade estabelecida entre a sua moeda e o dólar americano. Assim, os Estados Unidos em virtude da sua bem desenvolvida economia e da estabilidade de sua moeda, tornou o dólar a moeda universal por vários anos. Mas, em 1970, uma sucessão de déficits no balanço de pagamentos dos Estados Unidos, iniciou-se uma desconfiança generalizada de uma possível desvalorização do dólar. Possuidores de dólares passaram a trocá-los por outras moedas. Os bancos centrais europeus aumentaram suas reservas em dólares e solicitaram aos Estados Unidos a conversão em ouro desses dólares. As reservas norte-americanas declinaram substancialmente, obrigando os Estados Unidos, no final de 1971, a declararem a não conversão de dólares em ouro.

Ainda segundo Ratti (2001), a suspensão da conversibilidade do dólar e suas desvalorizações provocaram a adoção do sistema flutuante em vários países, surgindo assim, a necessidade de uma reforma do sistema monetário internacional. Em 1976, os países-membros do FMI aprovaram um novo regulamento onde cada país associado poderá estabelecer uma paridade para a sua moeda, não mais em termos de ouro, e poderá ser avaliada em relação a um grupo de outras moedas. Como resultado desse novo regulamento do FMI, atualmente existem inúmeros regimes cambiais, tornando complexo o sistema monetário internacional.

Digitized by Google

4. POLÍTICAS MONETÁRIAS

A moeda possui, como já foi visto até agora, um papel fundamental sobre a atividade econômica. O governo sempre procura alguma forma de adaptá-la à vida econômica através de um sistema monetário que melhor corresponda à necessidade da economia.

A política monetária, segundo Rossetti (1998, p.253), pode ser definida como "o controle da oferta de moeda e das taxas de juros, no sentido de que sejam atingidos os objetivos da política econômica global do governo." As autoridades monetárias podem exercer o controle da oferta de moeda para agir sobre a atividade econômica em diversas situações.

Quando em certa situação existem tendências deflacionistas, as autoridades monetárias podem expandir a oferta de moeda para evitar a queda da atividade econômica, estimulando o investimento e provocando a queda da taxa de juros. Em uma tendência inflacionista, procura-se diminuir a circulação de moeda para deprimir a atividade econômica, evitando o desenvolvimento da inflação. O efeito da diminuição da circulação monetária é uma elevação da taxa de juros, diminuindo o investimento.

A moeda pode também ser utilizada como instrumento de política fiscal e de política comercial internacional. Como instrumento fiscal, as autoridades podem emitir moeda para cobrir déficits orçamentários. E como política comercial internacional, a moeda poderá ser superavaliada ou subavaliada em sua relação com as moedas estrangeiras, para favorecer as importações ou exportações do país.

Digitized by Google

OS INSTRUMENTOS DAS POLÍTICAS MONETÁRIAS -

Quanto mais um país é desenvolvido economicamente e seu povo mais esclarecido sobre seus direitos e deveres, o uso dos instrumentos monetários se torna mais eficiente, permitindo cada vez mais o aperfeiçoamento da utilização pela autoridade monetária de mecanismos de controle da oferta de moeda na economia.

Além dos instrumentos mais utilizados como a taxa de redesconto, dos encaixes bancários compulsórios e das operações de mercado aberto, no Brasil são utilizados também instrumentos complementares, como o controle da taxa de juros, seleção de créditos e até limitação da capacidade de expansão de empréstimos.

A análise da oferta de moeda tem o principal objetivo de explicar o processo de criação e destruição dos meios de pagamentos (moeda em poder do público mais depósitos à vista nos bancos comerciais). A oferta monetária é afetada através das ações das autoridades monetárias, que possuem o poder de emissão, e também pelos bancos comerciais que emprestam dinheiro ao público, ofertando assim recursos à economia captados sob a forma de depósitos à vista.

Até 1964 não existia ainda um controle monetário rigoroso no Brasil. Era o Banco do Brasil que exercia o papel de autoridade monetária, arrecadando encaixes compulsórios e autorizando redesconto aos bancos. A base monetária ficava fora de seu controle, pois as decisões de programação orçamentária eram do governo federal. Só com a lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964, que criou o Banco Central e organizou o mercado financeiro, que esse controle passou a ser feito pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Central elaborou a “programação monetária”, estabelecendo metas de expansão ou contração dos meios de pagamentos, para determinar níveis desejados de créditos e de oferta de moeda. O orçamento monetário, a partir de 1986, deixou de ser uma peça isolada da política econômica. No ano de 1988, surgiu o orçamento global da União em que foram determinados os limites orçamentários de expansão da moeda e do crédito.

Digitized by Google

Recolhimento compulsório

Consiste em fixar uma cobertura obrigatória para os depósitos e, através do Banco Central, fazer variar a proporção das reservas que os bancos privados depositam em seus cofres. É um meio eficaz para controlar a emissão da moeda escritural. Quando há uma expansão da taxa de reservas compulsórias exigidas pelo Banco Central, reduz-se a proporção dos depósitos que podem ser convertidos em empréstimos, reduzindo então os meios de pagamentos. O inverso também é possível, ou seja, se a taxa de reserva diminui, aumentam os empréstimos e consequentemente os meios de pagamentos também aumentam.

O redesconto ou empréstimo de liquidez

Este instrumento é um empréstimo que os bancos comerciais recebem do Banco Central para cobrir problemas de liquidez quando ocorre um aumento da demanda por empréstimos por parte do público. Seus reflexos sobre os meios de pagamentos se caracterizam por meio da variação das reservas bancárias. O aumento da taxa de juros para essas operações, a redução dos prazos de resgate dos títulos redescontados, a redução dos limites operacionais e a imposição de restrições reduzem os meios de pagamentos e vice-versa.

As operações de mercado aberto

Consiste na compra e venda de títulos públicos por parte do Banco Central com o objetivo de aumentar ou diminuir a quantidade de moeda em circulação e o volume do crédito. Se o governo observar uma grande quantidade de crédito e se for preciso diminuí-lo, o Banco de emissão se apresenta como vendedor de títulos no mercado de valores. Essas vendas anularão uma quantidade de notas de bancos correspondente ao valor dos títulos e poderá retirar nas contas correntes dos bancos o montante das vendas efetuadas se o pagamento for feito por cheques. O efeito dessa operação será uma redução da circulação monetária.

Digitized by Google

O controle e a seleção do crédito

É o controle na fixação pelo Banco Central de um limite máximo de seus créditos para os setores da produção ou empresários. Permite controlar o crédito de acordo com seus empregos produtivos e às condições da economia do país.

No Brasil esse controle é usado de forma generalizada. Os empréstimos dos bancos comerciais destinados à agricultura, à indústria, ao comércio e a outras finalidades são fixados pelo Banco Central.

A lógica do funcionamento desse instrumento, segundo Rossetti (2002), é que ao existir interesse mútuo das autoridades monetárias e do sistema bancário, aquelas esclarecem os objetivos da Política Monetária aos banqueiros para que estes venham agir na direção desejada pelo Banco Central.

Como esse instrumento decorre da interdependência de diversos setores da economia, é difícil para as autoridades monetárias ter a certeza da utilização final de crédito, isto é, se o mesmo atingirá os objetivos esperados pelas autoridades monetárias.

Política fiscal, cambial e de renda

De acordo com Fortuna (1998), as políticas fiscal, cambial e de renda causam impactos sobre a política monetária.

A política fiscal é a política de receitas e despesas do governo; é a aplicação da carga tributária sobre os agentes econômicos e a definição dos gastos do Governo, que são os tributos captados. Tem forte impacto sobre a política monetária e também sobre o crédito quando os prazos de recolhimento de impostos afetam o fluxo de caixa dos agentes econômicos. Se o Governo gasta mais do que arrecada, ele recorre ao endividamento, captando recursos do setor privado, prejudicando a formação da poupança interna necessária ao

Digitized by Google

financiamento do investimento produtivo. Portanto, um quadro fiscal deficitário é um grande problema para a política monetária.

A política cambial está baseada na administração da taxa de câmbio e no controle das operações cambiais. Esta política está indiretamente ligada à política monetária, devendo ser cuidadosamente administrada em relação ao seu impacto sobre a política monetária. Um desempenho muito forte das exportações pode ter grande impacto monetário na medida em que a entrada de divisas significa conversão para a moeda nacional, causando a expansão da moeda que terá um enorme efeito inflacionário futuro. Essa entrada de divisas é realizada através do câmbio comercial. O mesmo acontece quando aumenta o volume de recursos captados pela emissão de títulos no exterior ou pela entrada de recursos para aplicação nas bolsas de valores. Este aumento da oferta monetária via câmbio prejudica o controle de juros, aumentando o custo do Governo, onde o mesmo será obrigado a aumentar a dívida pública mobiliária (em títulos) para reduzir a quantidade de moeda que entra circulação através da troca de divisas por moeda nacional.

A política de renda é a que o Governo exerce, estabelecendo o controle direto sobre a remuneração dos fatores diretos de produção na economia, como salários, depreciações, lucros, dividendos e preços dos produtos intermediários e finais. As políticas de rendas são normalmente usadas durante períodos de aumento da procura, para tentar prevenir o aumento de preços.

Digitized by Google

5 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA MOEDA NO BRASIL

EVOLUÇÃO DA MOEDA DA COLÔNIA: BREVE HISTÓRICO

A conquista e a ocupação do território brasileiro foram dirigidas oficialmente pelo governo português. Esta ocupação processou-se ao longo de três séculos, sob a influência do capitalismo mercantil. As novas terras descobertas tornaram-se propriedade dos respectivos reis das metrópoles européias, que passaram a dispor delas de acordo com seus interesses e as circunstâncias de cada momento histórico.

A política de ocupar as terras brasileiras por Portugal consistia na exploração agrícola, ou seja, do cultivo permanente do solo brasileiro para o fornecimento de gêneros de interesse para o comércio. A Coroa procurou estender os terrenos de cultivo e ocupar o solo de forma permanente, a fim de se estabelecer, ocupar e proteger o território, uma vez que outras nações européias que haviam ficado de fora do Tratado de Tordesilhas, como franceses, holandeses e inglesas cobiçavam um quinhão de seu domínio. Os mesmos diziam que não conheciam nenhum decreto de Deus que dividia o mundo somente entre Portugal e Espanha, e também não reconheciam como colonizadas terras não ocupadas.

No ano de 1530, o rei de Portugal organizou a primeira expedição com objetivos de colonização. Esta foi comandada por Martin Afonso de Souza e tinha como objetivos: povoar o território brasileiro, expulsar os invasores e iniciar o cultivo de cana-de-açúcar. Assim, de simples empresa extrativista destinada ao abastecimento de pau-brasil, a América Portuguesa com a indústria da cana-de-açúcar no Brasil, passa a ser a primeira empresa multinacional tendo como sócios portugueses, holandeses, ingleses e outros.

Digitized by Google

O principal empenho dos colonizadores, portanto, era tornar a colônia produtora de bens comerciáveis, isto é, mercadorias de alto valor na Europa, como o açúcar, já que ainda não tinham encontrado metais preciosos na região.

Nos três primeiros séculos da colonização, a agricultura no Brasil esteve dividida, de modo desigual, em dois grandes domínios: de um lado, as plantações tropicais nas áreas de clima quente e úmido e solos ricos da zona da mata nordestina e do recôncavo baiano, e de outro, a agricultura de subsistência, em solos menos ricos, nas zonas litorâneas e sublitorâneas.

Segundo Holanda (2001), enquanto a primeira era uma lavoura de grandes plantações, ligada à economia aberta, com mercados consumidores controlados pela metrópole, a segunda foi uma necessidade de alimentação dos agrupamentos humanos radicados em terras brasileiras que não participavam das áreas de colonização.

Essas atividades rurais da colônia ficaram vinculadas às iniciativas dos sesmeiros e seus acompanhantes, que auxiliaram na ocupação efetiva da terra, tendo uma distribuição geográfica muito irregular e variável, devido à vastidão do território, às ocorrências de outras atividades, à instabilidade do povoamento e ao próprio mecanismo de nomadismo que as caracterizava.

A grande lavoura era escravocrata. No início o problema da mão-de-obra foi resolvido com escravização do índio. A exploração do pau-brasil se organizara através do aproveitamento da mão-de-obra indígena livre, ou seja, os índios retiravam e transportavam os troncos de madeira em troca de machados e quinquilharias européias. Foi nos fins do século XVI que começou no sul da colônia, na capitania de São Vicente, a captura e a escravização do índio. Os mesmos eram vendidos para serem utilizados como força de trabalho na grande lavoura.

Na primeira metade do século XVII, as reservas de mão-de-obra indígena foram desmanteladas por sucessivas pilhagens levadas a efeito pelos bandeirantes paulistas. A mercadoria humana foi levada para os engenhos do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco, permitindo ao paulista obter os produtos manufaturados importados de Portugal.

Digitized by Google

De acordo com Holanda (2001), desde o século XVI, uma corrente de importação de escravos africanos começara a fluir para a zona da grande lavoura açucareira. Os interesses se voltaram para a aquisição do escravo negro que era mais caro e mais ajustado à rotina pesada dos trabalhos da grande lavoura.

A mão-de-obra indígena não foi completamente eliminada, pois continuou a ser empregada em atividades complementares, e o escravo africano tornou-se a mão-de-obra oficial das grandes lavouras.

Quanto às áreas pastoris, eram duas as principais. A primeira a das caatingas do Nordeste, que fornecia carne e animais para o trabalho nos engenhos e para o transporte na zona da cana. Com a descoberta das minas, esta zona tornou-se também subsidiária da região mineradora que lhe ficava ao sul. A segunda, a dos campos que sucedem Curitiba para o Sul, abasteciam no início as populações do litoral.

Como relata Holanda (2001), a abertura do caminho por terra para as Gerais dará um extraordinário incremento à pecuária do Rio Grande do Sul, pois essa área passa a fornecer os animais de carga para a zona de mineração. O ouro por meio de boiadas e tropa de animais de cargas ligou o norte e o sul do país.

Podemos observar que, no período colonial, o Sul, apesar de ser mais favorável ao estabelecimento do homem, era pouco povoado, ao contrário das caatingas que ofereciam condições geográficas adversas à vida humana.

Além dessas duas grandes áreas pastoris, tivemos no Brasil Colonial, mais alguns núcleos menores de criação, entre eles a Ilha do Marajá, que abastecia Belém do Pará, o Sul de Minas Gerais, onde surgiu a criação de animais em função da mineração, os Campos dos Goitacases, que tinham como centro consumidor o Rio de Janeiro. De todas essas áreas, a mais importante foi a do Sul de Minas que apresentava métodos mais adiantados da colônia.

Por mais de quatrocentos anos a economia brasileira foi determinada por interesses externos. Isso conduziu à implantação da monocultura, com

Digitized by Google

produção e exportação dos produtos de maior rentabilidade em certo momento histórico. Essa situação se reflete nos ciclos econômicos que caracterizou esse longo período. No Brasil, os principais produtos cíclicos foram o açúcar, o gado, o ouro, o algodão, o café, etc.

A expectativa dos portugueses de encontrar metais preciosos só se tornou realidade depois de quase dois séculos do descobrimento e de várias crises financeiras e econômicas na Metrópole e na Colônia. Foi a partir de 1694 que surgiram as primeiras descobertas de minas de ouro no Brasil. De acordo com Brum (2005), muitos vieram em direção às minas. Gente do litoral deslocou-se para o interior. Escravos dos engenhos foram enviados para a mineração e centenas de milhares de portugueses vieram ao Brasil. No século XVII foi extraído das minas cerca de um milhão de quilogramas de ouro. Portugal se beneficiou muito dessa riqueza, principalmente para sustentar os gastos da Corte e da nobreza.

A política econômica destinada à colônia brasileira

Diante da enumeração dos tributos e taxas durante o período colonial no Brasil, das constantes mudanças monetárias do Reino e da existência de duas moedas – as moedas metropolitanas e as coloniais – e, depois, de três – as moedas especiais das regiões das minas – circulações paralelas com padrões e ligas diferentes, dão a impressão da falta de unidade, desordem e a inexistência de uma política financeira para orientar as finanças e as moedas coloniais. As despesas da época referem-se aos gastos com o governo que se dividiam em duas partes: dispêndio com a Corte e com os funcionários executivos. A primeira destinava-se à manutenção do rei, da nobreza e dos vassalos. O segundo item das despesas era destinado ao pagamento do funcionalismo público. A terceira grande fonte de despesas destinava-se à Igreja. Em quarto lugar, o Estado subsidiava as escolas do reino e da colônia e a Universidade de Coimbra (Holanda, 2001).

Digitized by Google

Esta hierarquização das despesas era válida e obedeciam a ela o poder central, regional e local da colônia e os comerciantes da metrópole portuguesa que negociavam com o Brasil, devendo todos eles prestar contas ao rei.

Embora não houvesse naquela época moeda de papel, a de metal funcionava como fonte extraordinária de receita, mediante o recurso às manutenções monetárias na metrópole e à criação de um sistema monetário colonial no Brasil.

Na colônia praticava-se o recolhimento dos dízimos e quintos. Segundo Holanda (2001), 10% ou 20% da produção realizada de determinados produtos eram entregues pelo produtor à Coroa, em pagamento de impostos. O recolhimento dos dízimos e dos quintos era considerado a mais inteligente das formas de arrecadação. Enquanto os impostos recebidos em moeda empobreciam os súditos – porque representavam parcelas retiradas à fortuna privada e diminuía o capital para aplicações em outras atividades – os dízimos e os quintos estimulavam a produção, porque para pagá-los era preciso produzir.

O dízimo começou a ser cobrado durante o ciclo do açúcar. A mesma prática foi seguida na produção pecuária. Os impostos in natura eram representados também pelo quinto sobre o couro curtido e pelos quintos e fintas do ouro.

Em 1700, assim que se descobriram as primeiras jazidas auríferas, o rei nomeou provedores especiais para receber os impostos. Proibiu, assim, a exportação do ouro sem a prova de pagamento do quinto. Este, por sua vez, era de 20% sobre a produção legalmente exportada. Em 1725, o governo criou as casas de fundição e, em 1730, o quinto do ouro foi reduzido a 12% da produção (Holanda, 2001).

De acordo com Holanda (2001), após a redução de 8% nas rendas da Coroa, foi criado, em 1735, um imposto especial de capitação. Além dos 12% do tributo, cada minerador devia entregar 17 gramas de ouro anuais por escravo maior de 14 anos, empregados na mineração. Em 1750, o governo português abandonou a capitação e voltou ao quinto. Porém, à medida que as minas se exauriam, caíam não só a produção aurífera, como as rendas da Coroa.

Digitized by Google

A moeda metropolitana

No início do período colonial, o meio circulante brasileiro foi sendo formado de modo aleatório, com as moedas trazidas pelos colonizadores, invasores e piratas que comercializavam na costa brasileira. Assim, ao lado das moedas portuguesas, circularam também moedas das mais diversas nacionalidades, cuja equivalência era estabelecida em função do seu valor intrínseco (conteúdo metálico). A partir de 1580, com a formação da União Ibérica, verificou-se uma afluência muito grande de moedas de prata espanholas (reales), provenientes do Peru, graças ao florescente comércio que se desenvolveu através do Rio da Prata. Até o final do século XVII, os reales espanhóis constituíram a parcela mais expressiva do dinheiro em circulação no Brasil. As moedas portuguesas que aqui circulavam eram as mesmas da Metrópole, oriundas de diversos reinados. Cunhadas em ouro, prata e cobre, essas moedas tinham os seus valores estabelecidos em réis e possuíam, às vezes, denominações próprias como: português, cruzado, são vicente, tostão e vintém. A moeda de um real, unidade do sistema monetário, era cunhada em cobre (Banco Central do Brasil. O Dinheiro no Brasil, 2008).

Havia assim, peças coloniais de ouro de 4000, 2000 e 1000 réis cuja oitava (3,58g) valia 1760 réis e havia também de 1777 réis a oitava. O conjunto de moedas de prata era conhecido como série das patacas, em função da denominação “pataca”, atribuída ao valor de 320 réis. As peças coloniais de prata eram de 640 (2 patacas), 320 (1 pataca), 160 (meia pataca), 80 (4 vinténs) e 40 (2 vinténs). Nessas peças não havia uniformidade, pois em umas o marco de prata (248,7344g) valia 7600 réis, enquanto em outras valia 8250 réis. Acrescentam-se a estas peças coloniais as moedas especiais de prata, criadas exclusivamente para comprar ouro (1752), com circulação limitada à região mineira; para isto, obedeciam à outra divisão – moedas de 600, 300, 150, 75 réis com o marco de prata a 7600 réis (Holanda, 2001).

A circulação de moedas nacionais cunhadas na metrópole fazia-se com um acréscimo de 20% sobre as congêneres portuguesas. Assim, as moedas de ouro de 4000 réis valiam no Brasil 4800 réis, a meia moeda de 2000 réis valia

Digitized by Google

2400 réis, o quartinho de 1000 réis valia 1200 réis, o cruzado novo valia 480 réis e o dobrão de 2000 réis valia 2400 réis.

Em 1722, D. João V alterou a forma e o valor das moedas de ouro portuguesas, criando a série dos escudos. Então, cunharam-se moedas nacionais com o timbre já ajustado a essa desvalorização; a dobra de 8 escudos valendo 2800 réis, a peça 6400 réis (dobra de 4 escudos), a meia peça 3200 réis (dobra de 2 escudos), o escudo (1600 réis), o meio escudo (800 réis) e o cruzadinho (400 réis). Para estas peças nacionais, a oitava de ouro era avaliada em 1600 réis. O próprio cobre tinha dois padrões. Havia peças coloniais de cobre de 40, 20, 10, e 5 réis, cuja oitava valia 5 réis, enquanto na região mineira a oitava era avaliada em 10 réis. Esta desvalorização do cobre, limitada no início à região mineira, estendeu-se a partir de 1799 a todo o Brasil, recunhando-se as peças, cuja oitava valia 5 réis, pelo dobro do seu valor.

Segundo Holanda (2001), acrescenta-se a esta circulação os pesos espanhóis comprados pela Casa da Moeda por 640 réis e recunhados a punção para 760 réis, a partir de 1786, bem como o próprio ouro em pó e em barras, que circulava como moeda desde 20 de março de 1734, e completou o seu quadro da circulação metálica por ocasião da vinda da família real portuguesa.

Além das moedas já citadas, consideradas como boas, circulavam moedas estrangeiras, principalmente a libra; muitas vezes as moedas coloniais eram falsificadas pela própria Casa da Moeda. Havia entre as moedas de ouro e prata várias relações legais; ambas tinham giro ilimitado e absoluta liberdade de cunhagem.

Várias reformas dos meios de pagamentos foram feitas, mas não havia diretriz que norteasse a prática monetária. Eram tentativas esparsas e desordenadas, resultante da desorientação da Corte no Brasil.

Para o governo português, a moeda era somente um recurso extraordinário de receita e, eventualmente, um instrumento intermediário de trocas. Por isso, as moedas metropolitanas sofriam mutações monetárias, apesar do ouro ter entrado fartamente no Reino. Talvez isso explique as quedas de padrão ocorridas até o século XVIII, por dificuldades orçamentárias

Digitized by Google

do governo português. Os déficits orçamentários do Reino eram freqüentes. Na colônia não existia registros da execução orçamentária. Os donatários, os governos gerais e os alcaides-mores tinham as suas próprias fontes de receitas e aplicavam os recursos arrecadados arbitrariamente.

Em parte, isso justifica o fato de não ter a moeda metálica desempenhado a principal função econômica na colônia. O produtor não precisava de numerário porque o pagamento do trabalho se reduzia à manutenção do escravo: um teto na senzala, a veste grosseira de algodão, o alimento na gamela. Os próprios feitores e empregados qualificados recebiam in natura. Durante o período colonial, nos locais de produção, o regime das trocas diretas era uma regra, existindo antes a mercadoria moeda do que propriamente a moeda metálica: o escravo na região açucareira e nas zonas de mineração; o boi nas zonas de pastoreio; o cacau para moeda de troco no Maranhão, Pará e Bahia. A moeda, só se acumulava nas cidades mais importantes e nas mãos dos ricos. Estes, por sua vez, mais a entesouravam do que a faziam circular e este comportamento pode explicar porque foi tão tímida a circulação de pesos espanhóis, iniciada em 1850, e reduzida à circulação também das moedas coloniais pernambucanas, criadas em 1645. Mesmo assim, o desequilíbrio da balança comercial portuguesa em favor do Brasil, apesar da metrópole funcionar como único fornecedor de tudo quanto a colônia precisava e não podia produzir, obrigou Portugal a criar uma moeda colonial, que pagaria os saldos favoráveis ao Brasil, mas que nas mãos dos brasileiros iria entesourar-se pela quase ausência de trocas indiretas. As moedas coloniais tinham 10% a menos de ouro e de prata em relação à moeda da metrópole e muitas vezes a própria Casa da Moeda falsificava-as, diminuindo-lhes ainda mais o peso (Holanda, 2001).

Depois da descoberta do ouro, Portugal mandou, em 1752, cunhar moeda especial de prata com a finalidade exclusiva de comprar ouro, moeda mais desvalorizada do que as nacionais e as coloniais, e de circulação restrita à região mineira. O que acontecia era o seguinte: os produtos das colônias podiam ser pagos com moedas coloniais de menor valor e o ouro comprado nas Gerais com moedas ainda mais desvalorizadas. Quando os colonos tinham

Digitized by Google

que pagar impostos ou comprar mercadorias do reino, não tendo nem as moedas coloniais nem as das regiões das Minas, os colonos eram obrigados a pagar com moedas nacionais, de maior peso em ouro. Com este sistema, Portugal conseguia uma remessa adicional disfarçada de mais de 10% do ouro sob forma monetária (Holanda, 2001).

Outra informação importante em relação ao valor da moeda na colônia era que o nosso sistema monetário era anárquico, até a ocasião da vinda da Família Real Portuguesa. Existiam várias relações legais entre o ouro e a prata e, além disso, a moeda podia ser falsificada com facilidade. A coexistência de três diferentes moedas, de mesmo valor nominal e diferentes valores reais, provocava multiplicidade de preços e favorecia especulações (Banco Central do Brasil. O dinheiro no Brasil, 2008).

Esta anarquia monetária foi mais um fator da saída do ouro brasileiro para a Europa. Mas, toda esta riqueza, não beneficiou o Reino de Portugal. Em virtude da falta de um programa de desenvolvimento econômico do Reino, do imediatismo fiscal de arrecadação, e ainda do luxo e ostentação da Corte, e embora dificultando a expansão do Brasil, Portugal não tirou proveito da imensa riqueza brasileira. As importações de luxo da Corte derramaram o ouro restante do Brasil por outros países da Europa. A colônia não se beneficiou da riqueza extraída de seu território, porém, neste período pela primeira vez, surgiu um ciclo de povoamento e não somente de exploração, com famílias inteiras chegando e estabelecendo-se com a intenção de se fixar e de criar raízes.

O primeiro cuidado de D. João, chegando ao Brasil, foi lançar mão dessa circulação metálica, não só para reorganizá-la, mas também para obter recursos orçamentários de que tanto necessitava. Assim, em primeiro de setembro de 1808, um alvará declarava a completa liberdade de circulação, eliminando as barreiras que impediam o completo giro das moedas na região mineira, e permitindo que a circulação nessa mesma região dispersasse por todo o território, aumentando ainda mais a confusão.

Segundo Rossetti (1998), um conjunto de medidas liberais implantadas com a chegada do Príncipe Regente, como a abertura dos portos, concessão

Digitized by Google

de franquias comerciais e a instituição de iniciativa para implantação de indústrias, multiplicaram as transações econômicas no mercado interno. Além do mais, a multiplicidade das moedas em circulação, as indefinições quanto ao padrão monetário e a heterogeneidade dos meios de pagamento, estavam atuando como freios do crescimento econômico. Assim surge a necessidade de criar um banco emissor.

O Banco Público

O primeiro Banco Público do Brasil foi criado em 4 de agosto de 1808. Foi o precursor do primeiro Banco do Brasil. Tinha a finalidade de permutar por moedas as barras e o ouro em pó, para evitar que os mesmos fossem remetidos para o exterior. Surgiram as chamadas letras à vista da Junta da Fazenda. O ouro levado ao troco não era reembolsado em moeda, mas eram fornecidos vales, correspondentes à quantia representada pelo valor das mesmas, os quais tinham poder liberatório como se fossem moedas. Então o ouro em pó e em barras era utilizado para atender as despesas orçamentárias do Estado.

Esta tentativa fracassou por duas razões: pela dependência direta desse expediente (letras à vista) da produção do ouro, pois o mesmo nessa época estava em decadência, e pela falsificação das Letras. Tais razões determinaram a extinção do Banco Público em 5 de setembro de 1812.

Surge então a idéia da fundação do primeiro Banco do Brasil, pelo Alvará Real de 12 de outubro de 1808.

O primeiro Banco do Brasil

Segundo Holanda (2001), a criação do primeiro Banco do Brasil foi inspirada nas exigências de fortalecimento dos sistemas monetário e financeiro, e também pela necessidade de se atenderem às despesas extraordinárias de guerra.

Digitized by Google

O referido alvará indicava como finalidade, em primeiro lugar, conseguir fundos necessários para a manutenção da própria Monarquia; em segundo, facilitar os pagamentos de soldados, ordenados, juros e pensões, engrandecendo o crédito público e, por fim, animar e promover as transações mercantis, criando mais uma fonte de riqueza. Apenas esta última finalidade constituía um objeto econômico, justificando que o sistema monetário, representado pelo papel-moeda, teria por motivo, não o desenvolvimento econômico da Nação, e sim as múltiplas obrigações do Estado.

O primeiro Banco do Brasil principiou como um banco de depósitos, descontos e emissões. Constituía em sociedade particular, com um capital de 1200 contos de réis, representada por 1200 ações de um conto de réis e com autorização para aumento de capital.

Como Banco Comercial, era encarregado do desconto de letras de câmbio, comissões por cobranças, adiantamentos e hipotecas, depósitos de valores, vencimentos de juros e venda de produtos monopolizados pela Coroa. Suas operações monetárias eram as emissões de notas bancárias e letras à vista ou a prazo fixo, operações cambiais de saque e remessa, e operações de compra e venda de ouro e prata. O sistema monetário que foi criado consistia em moeda de papel conversível à vista em moeda metálica, ouro ou prata, tendo como nota mínima o valor de 30.000 réis. A cobertura desta emissão era representada pelo capital do Banco, por uma parte dos depósitos bancários a ele confiados e pelos lucros provenientes das comissões por cobranças, adiantamentos e hipoteca e pelos lucros resultantes da venda de produtos da Coroa e da compra e venda de ouro e prata. Não tinha limite de emissão fixado, nem relação entre a cobertura e o montante das notas em circulação.

O Estado, aos poucos, passou a exercer o controle dos bancos de emissão, através de uma fiscalização indireta e moderada, uma regulamentação mais rígida e transformando-os ainda em órgãos públicos.

Em 1818, autorizou-se a elevação do capital do Banco e, neste mesmo ano, criou-se uma carteira para a compra de ouro e prata, declarando privativo do banco o direito de transporte desses metais, bem como o comércio de ouro em pó.

Digitized by Google

De acordo com Holanda (2001), o ano de 1821 iniciou-se cheio de apreensões quanto ao estado do Banco, o que obrigou o Príncipe Regente declarar nacionais as dívidas do estabelecimento, garantindo-as com o produto das rendas públicas, vendas dos diamantes e brilhantes do Real Erário e, da própria prata, ouro e pedrarias da Coroa. Para isso, não contribuiu somente a circunstância do Banco do Brasil ter se tornado uma simples caixa suplementar do Tesouro, mas também o descrédito devido ao procedimento incorreto de sua administração.

Precisando D. João VI voltar a Portugal, mandou retirar dos cofres toda a soma de metais possíveis de reunir e o resultado foi uma grande redução do encaixe.

O Banco foi obrigado a adotar então, uma forma especial de conversão. Cada conto de réis levado a resgate seria trocado por 800.000 réis papel, 150.000 réis em moedas de prata e 50.000 réis em moedas de cobre; cada 100.000 réis seriam trocados por 75.000 réis em notas, 15.000 réis em moedas de prata e 10.000 réis em prata; cada 50.000 réis seriam trocados por 35.000 réis em notas, 10.000 réis em prata e 5000 réis em cobre. Era de fato a instituição do curso forçado.

Continuando a ser o fornecedor principal de recursos para o Estado e das despesas de policiamento dos constantes entre brasileiros e portugueses, a situação não melhorou. O governo decreta assim, sua liquidação em 23 de setembro de 1829.

Ainda, de acordo com Holanda (2001), durante sua existência, o primeiro Banco do Brasil fizera somente promover uma política monetária inflacionista. Ano a ano, desde 1810, lançara novas quantidades de notas, exceto em 1812. Por falhas na tentativa de obter receita pública através da tributação e tendo desperdiçado o artifício de obter recursos mediante mutações da moeda metálica, o apelo às emissões fez-se sentir cada vez mais. Embora este recurso não tenha sido o remédio para a situação e o erro persistia.

Dois foram os principais defeitos da emissão bancária do primeiro Banco do Brasil. Primeiro, não havia limite fixado em lei nem cobertura determinada. Esta falha decorreu das próprias idéias monetárias da época. O princípio

Digitized by Google

bancário deixava a garantia da emissão entregue à discrição dos banqueiros para garantir o máximo de elasticidade ao sistema, que se fazia mais do que necessária numa época de profundas perturbações econômicas. Isso fazia com que o sistema ficasse entregue ao banqueiro que regulava as emissões de acordo com o seu critério pessoal.

Por outro lado, a guerra da Cisplatina (1825-1828) também contribuiu para aumentar o déficit e dificultar uma futura restauração. Internamente, o país atravessava um período de sérias perturbações políticas: a Revolução Pernambucana de 1827, as lutas da Independência de 1822 a 1823 e as sucessivas revoluções no Ceará e Pará.

Neste ambiente, segundo Holanda (2001), seria difícil pensar em saneamento monetário e financeiro, tornando assim a liquidação do Banco inevitável.

Apesar do recurso às mutações da moeda, a heterogeneidade do sistema monetário não permitiu que a moeda metálica atendesse a uma economia aberta, tornando inoperante aquele artifício.

Assim,o primeiro Banco do Brasil promoveu um incipiente desenvolvimento da economia brasileira. Um sistema monetário defeituoso e uma circulação de notas que excediam às necessidades econômicas do país acarretaram o ágio da moeda metálica (principalmente do ouro), alterações de preços, falsificações, contrabando, evasão de especíeis metálicas, flutuações e quedas freqüentes do câmbio, ocorrências altamente nocivas para nossa economia.

A reforma de 1846

Durante nove anos de seu governo, a Regência (D. Pedro I), esforçou-se para sanear a moeda. As medidas que eram tomadas nem sempre tinham sucesso. Os esforços eram comprometidos pelas consequências econômicas e financeiras das perturbações políticas e sociais que se manifestavam a partir de 1830 e se prolongaram durante anos. Durante esse difícil período, o

Digitized by Google

sistema monetário sofreu uma reforma profunda, realizada em 1846. Nesta reforma, a paridade da nova moeda com as moedas estrangeiras e com a prata foi fixada por decretos. As diversas moedas metálicas em circulação tiveram curso legal com seu valor fixado em função do novo padrão da lei de 1846. Eram medidas importantes que tinham o objetivo de uniformizar o sistema monetário, facilitando o mecanismo dos preços e as transações. Também tendiam a sanear e a ajustar o valor da moeda às condições reais do mercado de metais preciosos.

A reforma de 1846, portanto, "preparou as condições favoráveis à retomada do desenvolvimento econômico, que ganhou considerável impulso na segunda metade do século e inaugurou novo período na história econômica do país" (Hugon, 1972, p.145).

Ainda, segundo Hugon (1972), realmente, a partir de 1850, a tranquilidade interna do país foi restabelecida, atenuaram-se as diferenças regionais e reforçou a unidade do país. Enquanto a insegurança dos sistemas financeiro e monetário fazia do imenso território brasileiro um risco à unificação do mercado nacional, o saneamento do sistema monetário mostrava que essa imensidão era fonte de abundância e de diversidade de recursos que constituía elemento decisivo de progresso econômico. Neste mesmo período, o Banco Comercial do Rio de Janeiro e o Banco de Mauá fundiram-se, dando origem, em 1851, a um segundo Banco do Brasil. Este banco foi encarregado de substituir por suas notas as do Tesouro. Seu limite de emissão foi fixado no dobro do capital disponível. O novo banco recebeu o privilégio da emissão, subordinando assim, o sistema monetário, ao princípio da unidade de emissão.

Em 1857, como retrata Hugon (1972), o Banco do Brasil não suportou as consequências da crise norte-americana, que mostrou a sua fragilidade e a do sistema monetário. Assim, restabeleceu-se a pluralidade de emissão.

O montante máximo da emissão para cada um dos bancos que tinham esse privilégio não podia ultrapassar ao de seu capital. Em 1860, as emissões multiplicaram-se. Neste mesmo período foram tomadas certas medidas para limitar as emissões. A garantia das emissões dos bancos privados foi reforçada. As emissões também não podiam mais recair sobre as notas do

Digitized by Google

Tesouro, mas somente sobre o ouro e a prata, e o seu montante não podia ultrapassar a média das emissões do primeiro semestre de 1860.

Essas medidas, segundo Hugon (1972), deram bons resultados a curto prazo e permitiram estabilizar e diminuir as emissões durante certo tempo. O câmbio melhorou e atingiu o par. Os bancos particulares denunciaram seus direitos de emissão e o Banco do Brasil deteve o monopólio das emissões.

Nesta mesma época, o desenvolvimento da lavoura cafeeira traz boas consequências para o país. Segundo Caio Prado (1970), a partir de 1860, o comércio exterior começa a se saldar com superávits crescentes apesar do aumento das importações. Isso permitiu um aumento do padrão de vida da população em certas classes e regiões e o aparelhamento do país. É neste período que o Brasil experimenta pela primeira vez o progresso moderno e um certo nível de riqueza e bem-estar material.

Outra vez estavam reunidas condições favoráveis que pareciam durar para o bem da moeda e da economia.

Todo esse progresso se estenderá até 1865. A interrupção desse progresso se dá quando o Brasil se empenha junto com a Argentina e o Uruguai na guerra contra o Paraguai (1865-1870). Segundo Caio Prado (1970), o Brasil viveu neste período a crise internacional mais séria de sua história.Não obteve resultados positivos de expansão econômica e comprometeu seriamente as suas finanças.

As grandes despesas com a guerra causaram grandes desequilíbrios na vida financeira do país. O Império não consegue equilibrar seus orçamentos, que se tornaram irremediavelmente agravado. Somam-se a isso os males resultantes de empréstimos externos e emissões vultosas de papel inconversível a fim de custear as despesas da guerra. O teto para emissão do Banco do Brasil foi elevado até cinco vezes em relação ao capital. Em 1886 foi-lhe retirado o direito de emitir e este direito passa para o Tesouro. O ajustamento das finanças públicas e o estabelecimento de um sistema monetário estável e sólido foram comprometidos pela guerra.

Digitized by Google

O período de 1870 a 1880 foi um dos momentos de maior prosperidade nacional após a Independência. Segundo Hugon (1972), a balança comercial acusa superávits e, a partir de 1870, com o final da guerra, o ritmo de emissões diminuiu. Os empreendimentos industriais, comerciais e agrícolas continuam em ritmo crescente. A substituição dos escravos por trabalhadores livres mobiliza os capitais que antes se invertiam e imobilizavam naquela propriedade humana.

Por outro lado, de acordo com Prado (1970), a vida financeira do país é aparelhada. A multiplicação dos bancos, das empresas financeiras, das companhias de seguros, dos negócios de bolsa, permitia mobilizar e captar em escala significativa, as fontes de acumulação capitalista. Até o fim do Império a economia passou por um período muito marcado de progresso, apesar de certos acontecimentos, como a crise bancária em 1875, desencadeada pela falência do Banco de Mauá e de outros bancos e, no mesmo ano, a forte seca no Nordeste e a baixa dos preços do café desde 1878 e da borracha em 1884.

Em 1887, foram tentados novamente sérios esforços para conter as despesas e aumentar as receitas, e para diminuir a circulação de notas. Esse resgate não obteve sucesso, pois o mesmo era compensado pelas exigências de novas emissões.

A partir de 1888, com a abundância do ouro, entreviu-se à volta da conversibilidade metálica. Uma nova reforma monetária decidiu o retorno ao regime de pluralidade de emissão.

A MOEDA NA REPÚBLICA - 1889

Em novembro de 1889 foi proclamada a República. A mesma herdou os progressos econômicos que foram realizados desde a Independência nos setores de produção, transportes e serviços públicos. A primeira década deste regime foi difícil para a política econômica. Essas dificuldades têm suas causas relacionadas, principalmente, à súbita disseminação do trabalho assalariado no campo e ao reordenamento da introdução do país na economia internacional. A

Digitized by Google

primeira causa está relacionada ao fim da escravatura e à entrada de imigrantes no país. A segunda ao florescimento das relações financeiras com o exterior.

A partir de meados da década de 1880, segundo Franco (1983), começa a aumentar uma discussão acerca da reforma monetária. Esse interesse público por uma reforma monetária estava ligado às novas condições, que impunham novas exigências ao sistema monetário. A necessidade de recomposição se articulava em torno de três eixos principais: a difusão do trabalho assalariado e a realocação de recursos provocada pela maciça entrada de imigrantes e posteriormente pela abolição; a notável expansão no nível de atividade, e a sucessão de anos excepcionalmente favoráveis para o balanço de pagamentos começados em 1886. Esses três fatores iriam criar a necessidade de numerário, para o qual o sistema monetário não estava aparelhado. O aumento do setor assalariado teria um notável impacto "monetário", pois o pagamento de salários multiplicaria as necessidades de capital de giro na atividade agrícola, elevando assim o grau de monetização e a demanda por moeda na economia.

Trabalho assalariado e a política monetária

A atividade agrícola, principal atividade econômica do país, sofreria uma significativa realocação de recursos, em conseqüência do aumento da importância do setor assalariado, que se estenderia também para a atividade urbana.

O principal problema para a agricultura nos anos oitenta do século XIX, era a eliminação do trabalho escravo. Este problema se apresentava de modo diversificado nas várias regiões do país, pois existiam diferenças significativas entre as principais atividades econômicas regionais. Por exemplo, nas regiões cafeeiras havia diferenças entre as áreas produtoras. Essas diferenças podem ser avaliadas, segundo Franco (1983), pelas alterações na distribuição geográfica das exportações nas últimas décadas do século XIX mostradas no quadro 1.

Digitized by Google

Quadro 01 Distribuição Geográfica Aproximada e Exportações de Café da Região Cafeeira (1860-1900) (em milhares de arroba)

Exportação do Rio de Janeiro pelo Porto do Rio	1869-72 7.398 (55,2)	1880-83 9.271 (40,7)	1888-91 5.530 (24,0)	1896-1900 5.383 (14,1)
Exportação de São Paulo pelo Porto do Rio	1.134 (9,8)	1.778 (7,8)	1.109 (4.8)	n.d
Exportação de São Paulo pelo Porto de Santos	2.278 (17,0)	6.155 (27,0)	10.178 (44.1)	22.294 (58,2)
Exportações totais de São Paulo	3.592 (26,8)	7.933 (34,8)	11.287 (48,9)	n.d
Exportação de Minas Gerais pelo Porto do Rio	1.910 (14,3)	4.828 (21,2)	4.948 (21,5)	8.743 (22,8)
Exportação do Espírito Santo	499 (3,7)	726 (3,2)	1.297 (5,6)	1.894 (4,9)
Total da Região Cafeeira	13.408 (100)	22.758 (100)	23.062 (100)	38.304 (100)

Fonte: LAGO, L. A. Corrêa (1978), p.412.

O Quadro 1 revela não só a grande expansão da cafeicultura paulista a partir da Proclamação da República e da Libertação dos escravos. No entanto, revela a estagnação da produção do Vale da Paraíba em função da transição do trabalho escravo para o trabalho livre que nessas duas regiões tinham concepções bem diferenciadas em relação ao trabalho assalariado. Esse caráter diverso se devia às possibilidades econômicas de cada região em suplantar os problemas de mão-de-obra criados pelo aumento do trabalho livre. O desaparecimento do trabalho servil gerava muitas apreensões, não apenas quanto ao problema da existência da mão-de-obra, mas principalmente quanto às dificuldades que surgiriam com a introdução de pagamentos de salários na forma de moedas.

Quanto ao problema da existência da mão-de-obra, a introdução em larga escala do imigrante, parece tê-lo superado, sendo que a maior parte destes tiveram como destino as regiões cafeeiras de São Paulo.

De acordo com Hugon (1995), o trabalho assalariado gerou a necessidade de capital de giro em forma monetária para as fazendas. Diversos sistemas de remuneração foram experimentados e a maior parte baseava-se em dois tipos de remuneração: uma em relação ao plantio e ao cuidado com o

Digitized by Google

cafezal e outra em relação à colheita. O grosso das remunerações em forma monetária concentrava-se na época da colheita.

Assim, em relação ao gasto monetário com o pagamento de salários, as necessidades de capital de giro das fazendas de café eram sazonais. De acordo com Franco (1983), se tornavam mais marcadamente sazonais, quanto maiores fossem os encargos monetários com o pagamento de salários e também quanto maior fosse a safra. Entretanto, os gastos monetários não eram apenas ao pagamento de salários. Durante a safra, surgia uma série de outras despesas de beneficiamento e comercialização e trabalhadores adicionais, pagos em dinheiro, o que reforçava ainda mais o caráter sazonal das necessidades de numerário da fazenda.

Era na época da colheita que os fazendeiros mais precisavam de adiantamentos e empréstimos para mover a safra. Assim, na época da safra existia sempre uma maior pressão de demanda por crédito sobre o sistema bancário.

Essas pressões sazonais resultavam em dificuldades de liquidez na Praça do Rio desde os anos de 1860. Como as colheitas exigiam remessas periódicas de dinheiro, o Rio, capital econômica e política, sempre sofria a drenagem do seu numerário para as praças da região da colheita. Com isso, sofria as seguintes conseqüências: elevação da taxa de desconto, juros altos, dificuldade de realizar negócios pela falta de numerário e falta de moeda.

No início dos anos oitenta, esses problemas podiam se tornar muito mais forte. Era preciso tomar medidas destinadas a prover acomodação para essa elevação da procura de moeda. Mas, essas medidas encontraram muitos obstáculos. Um deles era o incipiente desenvolvimento do sistema bancário. O mesmo era bastante concentrado na Capital onde se localizava a maioria de seus depósitos. O uso de cheques era raro, os indivíduos preferiam reter grandes quantias de moeda em vez de depositá-las.

Assim, podemos ter uma idéia quanto ao impacto da disseminação do trabalho assalariado no campo sobre o sistema monetário. A necessidade de mais numerário no campo se tornaria clara nas safras seguintes a 1888. A política monetária nos anos oitenta foi, segundo Franco (1983), traumatizada

Digitized by Google

pela miragem da conversibilidade, aumento da dívida externa e escassez de meios de pagamentos. Nestes anos houve um período de estagnação, de expansão e também profundas transformações na segunda metade da década.

No final do império, os meios de pagamentos incluíam várias espécies de moeda. Circulavam notas inconversíveis do Tesouro e de vários bancos, moedas metálicas nacionais e estrangeiras e depósitos bancários.

Hugon (1972) relata que nestes anos não existiam medidas precisas para a oferta de meios de pagamentos. A economia vivia sob um contínuo viés deflacionista. Essa intenção deflacionista da política monetária nos anos oitenta se devia a aversão das autoridades em recorrer à emissão de moeda para financiar os déficits do Tesouro. Apesar da presença de déficits em quase todos os anos de 1880 a 1888, a emissão da moeda para financiá-los foi praticamente inexistente.

A política monetária foi conduzida de acordo com a meta da conversibilidade. Mas o estabelecimento da circulação metálica foi dificultado pela escassez de reservas metálicas no país. Como o Brasil não dispunha de metal suficiente para exportar com a finalidade de preservar a paridade em situações adversas do balanço de pagamentos, a taxa de câmbio caía abaixo do par e a conversibilidade era imediatamente suspensa. Assim, a adesão do país ao padrão ouro sempre esbarrava na barreira de um balanço de pagamentos sempre deficitário e na relutância do governo em seguir um plano deflacionista até as últimas conseqüências.

A lei de 17 de janeiro de 1890

De acordo com Pelaez (1976), em fins de 1889, o mecanismo de estabilização cambial, criado para permitir a circulação de bilhetes conversíveis, entrou em colapso com a queda da taxa de câmbio que provocou uma corrida contra o Banco Nacional, ocorrendo uma retração da liquidez e da confiança, que acabou com uma grave crise comercial. Essa situação se tornava bastante ameaçadora para a República. Para o ministro da Fazenda,

Digitized by Google

Rui Barbosa, a solução seria uma reforma urgente e inadiável nas instituições monetárias.

A gestão dessas finanças foi confiada a Rui Barbosa. Sua tarefa não era fácil. Era preciso uma ação rápida sobre a situação monetária, tomando as decisões mais urgentes, com o cuidado de não se opor brutalmente às exigências de autonomia dos Estados, que tinham vontade de dispor do próprio poder de emitir.

A principal medida de política econômica feita por Rui Barbosa foi a lei de 17 de janeiro de 1890, que introduziu diversas novidades na constituição monetária do país. Segundo Hugon (1972), a lei estabelecia emissões bancárias que eram feitas sobre lastro constituído por títulos da dívida pública, onde o ministro buscou inspiração na organização monetária norte-americana. O Brasil foi dividido em três regiões financeiras – Norte, Centro e Sul. Em cada região funcionava um banco de emissão que era, ao mesmo tempo, um banco comercial. Criou-se também um quarto banco em São Paulo a pedido de Campos Salles.

Rui Barbosa indicou sua preferência pela unidade de emissão confiada a um Banco Central e, a partir do segundo semestre de 1890, lançou as bases desse Banco, autorizando a fusão dos principais bancos de emissão.

A reforma de Rui Barbosa era bem diferente da lei de 1888. Nesta, aplicavam-se mecanismos deflacionistas, através do resgate do papel-moeda do Tesouro com a finalidade de preparar o terreno para a circulação metálica conversível. Já na nova lei de Rui Barbosa não existia qualquer medida deflacionista.

Na nova lei notava-se muita diferença em relação às leis anteriores. Estas diferenças estavam ligadas à questão da inconversibilidade, à liberdade bancária e modificações na formação do lastro da emissão.

Rui Barbosa tentou demonstrar que o país tinha uma grande necessidade de moedas. Para ele, um país praticamente agrícola necessitava de mais numerário do que um país industrial.

Digitized by Google

De acordo com Hugon (1995), outra argumentação do Ministro era de que o Brasil tinha uma elevada propensão ao entesouramento, e por isso, para circular um valor igual de transações, era necessário uma quantidade maior de base monetária. Argumentava também para demonstrar a escassez do meio circulante, que a libertação dos escravos, o crescimento da imigração, e o crescimento do capital das companhias do Rio de Janeiro (boom), exigiam uma grande expansão monetária. Assim, cresciam as determinações da nova lei quanto aos limites quantitativos às emissões.

Segundo Franco (1983), a lei de 17 de janeiro fixava em 450 mil contos o limite às novas emissões. Este valor era mais que o dobro do papel-moeda que circulava na época. Esse limite era definido por região. Como já foi dito, o país foi dividido em três regiões bancárias, cada um com seus limites específicos. Assim, o sistema de Rui Barbosa previa a pluralidade emissora, com três bancos que representavam o monopólio de sua região.

O decreto do Ministro deu origem a diversas opiniões e objeções furiosas, principalmente dos metalistas que defendiam a conversibilidade. Mas nada disso impediu que de início a reforma desse certo.

No final de fevereiro de 1890, entrou em funcionamento o Banco dos Estados Unidos do Brasil (BEUB), que estabelecia o sistema criado pelo decreto de 17 de janeiro.

Em função de diversas crises, o Ministro da Fazenda, no início de março, teria de modificar seu plano original. Essas mudanças cairiam principalmente nos meio industrial e financeiro.

No meio industrial eram questionados os privilégios e vantagens concedidas aos bancos emissores que os favoreciam concorrer em vantagens com industriais e empresários.

Segundo Castro (1979), no meio financeiro muitos se viam prejudicados com o novo sistema, pois diversos bancos haviam acumulado espécieis metálicas e obtiveram concessões para realizar emissões sobre base metálica. Essa reclamação baseava-se no fato de que os banqueiros realizaram grande importação de ouro no segundo semestre de 1889, e que a capacidade desses

Digitized by Google

bancos em fabricar depósitos havia exaurido em imobilizações desse ouro. Então, a concessão de emissões sobre base metálica em regime de inconversibilidade, a principal medida da nova lei, impedia os limites à expansão do crédito bancário, e levaram os banqueiros a pressionar o Ministro da Fazenda nesse sentido.

Por grande pressão, o ministro Rui Barbosa aceitou uma modificação do decreto de 17 de janeiro. A nova versão permitia ao Banco Nacional e ao Banco do Brasil emitir até o duplo de 25 mil contos em bilhetes depositados em moeda metálica no Tesouro. Como no decreto de 17 de Janeiro, os bilhetes só seriam conversíveis se o câmbio atingisse a paridade. Segundo Franco (1983), o Ministro explicava as novas emissões pela necessidade imediata e inevitável de ampliar o meio circulante quando as tensões do mercado monetário o exigissem.

Portanto, o decreto de março tinha importantes mudanças. O mesmo removia as dificuldades para o crescimento em larga escala do crédito. A emissão inconversível sobre base metálica favorecia o aumento das reservas metálicas do país, o que permitia ao país exercer influências no mercado de câmbio, pois o ouro dos bancos poderia ser utilizado para fins de política cambial.

Segundo Hugon (1972), em novembro de 1890, uma crise financeira gerada pela liquidação da casa de Baring em Londres, que, além de serem importantes banqueiros, também eram correspondentes do Banco do Brasil, gerou importantes consequências para o Brasil. Essas consequências se tornaram mais sérias em 1891 e nos anos que se seguiram. O capital inglês que se movimentava para o Brasil foi afetado, vindo a acabar em uma crise cambial em 1891. A importante desvalorização cambial dessa crise foi associada ao crescimento excessivo das emissões, o que resultou em culpar as reformas monetárias pela desvalorização cambial.

Ao final de 1890, o sistema de Rui Barbosa se mostrava totalmente desfigurado. De Acordo com Pelaez (1976), circulavam no país várias espécies de bilhetes. Havia o papel-moeda do Tesouro, os bilhetes conversíveis do Banco Nacional, as velhas notas do Banco do Brasil de 1864, os bilhetes

Digitized by Google

lastreados em apólices e os bilhetes inconversíveis com base metálica e também as moedas de ouro, prata e níquel, nacionais e estrangeiras. Mais uma vez, a opção de política monetária do governo se esgotava, surgindo então, uma nova oportunidade para a reorganização do sistema bancário.

O Banco da República

Ao final de 1890, o mercado monetário do Rio de Janeiro encontrava-se em grandes dificuldades e próximo a uma eventual crise. Alguns bancos, devido a suas emissões e pela drenagem de caixa, viam sua expansão do crédito cair cada vez mais. Uma ação por parte do Tesouro era imprescindível. As dificuldades agora eram de natureza diversa e o aumento das emissões era apenas uma maneira de adiar a crise.

Uma diminuição das emissões também conduziria a praça a uma crise, mas o crescimento das mesmas não resolveria o problema, pois os negócios continuariam na mesma situação.

Segundo Castro (1979), a política monetária estava diante de um problema difícil e foi necessário, naquele momento, exercer uma forma de controle e acompanhamento das operações dos bancos.

Uma oportunidade surge quando os dirigentes do Banco Nacional dos Estados Unidos do Brasil (BEUB) e do Banco Nacional solicitam ao Ministro a fundição dos dois bancos. Para o Ministro isso seria caminhar da multiplicidade para a unidade. A fusão foi aceita em 7 de dezembro de 1890. O novo banco chamaria Banco da República dos Estados Unidos do Brasil e teria um capital de 200 mil contos. O mesmo teria o direito de emitir bilhetes na razão do triplo do depósito em ouro e seriam conversíveis quando o câmbio atingisse o par durante um ano. O lastro em ouro não poderia ultrapassar o valor do capital do banco.

As novas emissões também foram consideradas excessivas. E mais uma vez o Ministro argumentou que as mudanças na economia, o boom,

Digitized by Google

indicavam que as necessidades de numerário eram elevadas e que a moeda em circulação era insuficiente.

Segundo Franco (1983), o novo decreto de 7 de dezembro de 1890, estabelecia o monopólio de emissão em favor do novo banco, criando vínculos entre o governo e o banco. O direito de emissão não se estenderia às outras instituições de crédito, transformando o novo banco em um virtual banco central.

De acordo com Castro (1979), a formação de um grande banco com vínculos com o governo, foi motivada pela situação do mercado financeiro no final de 1889. Todo o processo de centralização bancária conduzido pelo governo teve suas razões ligadas à política econômica. A reforma monetária caminhou na direção de um banco central, ou seja, em uma instituição que pudesse estabilizar o câmbio, controlar o sistema bancário e a oferta de liquidez doméstica, em uma época de grandes modificações estruturais na economia. Decisões fundamentais foram dadas durante esse período, com a finalidade de se chegar a um sistema monetário mais moderno, eficiente e que pudesse condizer com o desenvolvimento do país. Aparecia então, em dezembro de 1890, apenas mais um capítulo do desenvolvimento das instituições monetárias do país.

OS NOVOS DESAFIOS DO FINAL DA DÉCADA DE 1890

No final dos anos de 1890, a economia brasileira estava diante de novos desafios, sendo o principal a libertação dos escravos e a instituição do trabalho assalariado para todos os trabalhadores e as instituições monetárias existentes não estavam preparadas para atender às novas necessidades da economia. Quanto às novas condições, pode-se incluir, além da transformação no regime de trabalho, o crescimento no nível de atividade e o estado favorável do balanço de pagamentos. O sistema bancário era pouco desenvolvido e não estava preparado diante dessas novas mudanças. Suas possibilidades de captação de depósitos e expansão de crédito eram bastante reduzidas. A expansão monetária era elemento condicionante da transformação. O crédito

Digitized by Google

foi muito importante na realocação de recursos para os setores dinâmicos dentro da agricultura, permitindo também uma grande acumulação de capital industrial, financiada pelo processo de criação do poder de compra, conduzido pelos bancos emissores.

O período de 1888 – 1890 foi bastante representativo na evolução das instituições monetárias brasileiras. Foram verificadas, nesse período, duas principais tendências no Brasil: a tendência para a moeda inconversível e para o aumento do grau de controle sobre a oferta de moeda doméstica.

De acordo com a análise de Franco (1983), durante o período de 1815–1913 verificaram-se importantes transformações na própria natureza da moeda, inclusive no Brasil. Essa transformação da moeda, ou seja, o crescimento da moeda fiduciária teve profundas implicações. Este período foi marcado por medo e desastres financeiros em diversos países e também no Brasil. Muitas crises tiveram a origem em verdadeiros ciclos econômicos, e outras originaram na própria esfera monetária. O mundo da moeda fiduciária e dos sistemas financeiros era instável e necessitava de controles. A evolução das instituições monetárias se deu de forma brusca em que nem sempre se percebem as implicações dessas mudanças.

No período de 1888–1890 verificamos, no caso brasileiro, uma evolução da moeda fiduciária (inconversível), acompanhada de medidas implantadas com a finalidade de aumentar o controle sobre o sistema monetário. Esta tendência foi manifestada pela centralização bancária, em direção a um banco central, e foi claramente induzida pelo governo para promover a estabilidade cambial e monetária.

Para diversos países, o crescimento da moeda fiduciária significava desligar o ritmo do crescimento econômico de longo prazo do ritmo do crescimento da oferta de ouro. Isso foi bastante importante, pois a oferta mundial de ouro diminuía bastante naquele momento com a cessação dos efeitos das descobertas de ouro na Califórnia. Assim, esse lento crescimento da oferta de ouro fez com que as principais economias centrais tivessem uma tendência deflacionista, que só foi se contornando mediante o crescimento da moeda fiduciária.

Digitized by Google

Para o Brasil, a adoção da moeda fiduciária significava liberar as medidas relacionadas ao crescimento econômico com o balanço de pagamentos. A moeda fiduciária permitia livrar as condições domésticas das oscilações dos movimentos de capital e das relações de troca, mas impunha sobre o país a instabilidade cambial, pois a taxa de câmbio seria ajustada no caso de choques de qualquer natureza. Assim, a taxa de câmbio influenciava a economia brasileira a custo de uma crescente instabilidade. A meta da estabilidade cambial haveria de se compatibilizar com a meta da expansão do crédito. Para alguns, a conciliação da estabilidade cambial e a expansão monetária só poderia acontecer através da circulação metálica conversível.

Havia, no país, grande resistência política à modificação do padrão monetário. Em 1889, a conciliação se fez sem qualquer resistência, devido ao aspecto favorável do Balanço de Pagamentos.

O compromisso foi desfeito logo nos primeiros meses da administração republicana. A administração de Rui Barbosa preocupou-se unicamente com a meta da expansão monetária e do crescimento do nível de atividade. Contudo, uma queda da taxa de câmbio, em abril de 1890, induziu Rui Barbosa a realizar uma política cambial com a tendência de estabilizar o câmbio.

A expansão monetária e o crescimento do número de bancos trouxeram a necessidade de controle do sistema bancário, surgindo, assim, a idéia de um grande banco. O estabelecimento desse banco iria favorecer a expansão monetária e o controle do sistema bancário, favorecendo também a condução da política cambial, pois concentraria grande parte das reservas internacionais e dos negócios cambiais do país.

O decreto de 7 de dezembro de 1890, segundo Gustavo Franco (1983), sugeriu a evolução da legislação em direção a um banco central, o qual agiria junto com o governo na responsabilidade pela política cambial e monetária. Mas no início de 1891, dois acontecimentos iriam mudar a trajetória da economia brasileira nos anos posteriores. De setembro de 1890 a novembro de 1891, o papel-moeda quase dobrou sua emissão de 289.691,5 contos a 513.348,8 contos e a taxa de câmbio sofre em 1891 o maior declínio, caindo de 23 pence por mil réis em novembro de 1890 a 12.9 pence por mil réis em

Digitized by Google

dezembro de 1891. Esses dois acontecimentos tiveram duradouras consequências. Assim, de acordo com os metalistas, as reformas monetárias de 1888 – 1890, ao realizar a expansão monetária, trariam a baixa do câmbio. Mas para Rui Barbosa e os antimetalistas a desvalorização cambial devia-se a problemas de balanço de pagamentos e não à expansão monetária. Contudo, a idéia que prevaleceu foi que a desvalorização deveu-se às emissões em excesso.

Entretanto, nota-se que a legislação monetária caminhou na direção de um sistema de moeda inconversível (fiduciária) com um alto controle sobre a oferta de moeda.

Podemos notar observando o quadro 02, que a desvalorização cambial se deu devido aos déficits no balanço de pagamentos e que os eventos que os originaram estão poucos relacionados com o crescimento das emissões.

Quadro 02 Estimativa para o Balanço de Pagamentos do Brasil (1876-1897) (Médias anuais em milhares de libras)

	1876-80	1881-85	1886-89	1890-94	1895-97
1. Balança Comercial	3.867	1.769	3.696	3.525	2.240
Exportações	20.036	18.124	23.563	29.374	28.934
Importações	16.169	16.355	19.867	25.849	26.694
2. Saldos de Serviços	-4.177	-4.376	-5.264	-7.263	-7.674
Fretes, Seguros	-2.269	-2.731	-2.575	-2.716	-2.761
Rendas de Capitais	-1.275	-1.351	-2.106	-2.445	-2.525
Outros Serviços	-211	-294	-583	-2.102	-2.388
3.Transações Correntes	-310	-2.607	-1.568	-3.738	-5.434
4. Movimento de Capitais	805	2.481	10.965	549	6.190
Empréstimos	121	854	10.539	902	4.250
Amortizações	-632	-669	-4.984	-455	-465
Investimento Direto	1.315	2.666	5.410	102	2.405
5. Saldo Global	495	-126	9.397	-3.189	756

Fonte: FRANCO, Gustavo Henrique Barroso (1983), p.38.

De acordo com a análise de Franco (1983), os déficits no Balanço de Pagamentos no período de 1890 – 1894, deveu-se a um aumento de mais de duas vezes no déficit em conta corrente, que passou de £1.568 mil anuais em

Digitized by Google

1886 –1889 para £3.738 mil anuais em 1890 – 1894, e a uma grande diminuição das entradas de capital estrangeiro, que passaram de £10.965 mil anuais em 1886 –1889 para £549 mil anuais em 1890 – 1894.

Os progressos do período de 1888 – 1890 foram, aos poucos, destruídos ao longo dos anos noventa. O grande banco foi progressivamente esvaziado durante essa década. Em 1897, suas emissões foram controladas pelo Estado, que assumiu posteriormente o controle do banco e o destinou exclusivamente a cuidar da política cambial.

A EVOLUÇÃO MONETÁRIA EM FINS DE 1890 ATÉ A CRISE MUNDIAL DE 1929/30

Os fatos e os dados apresentados neste subtítulo foram retirados do livro A Moeda, de Paul Hugon (1972), pois esta literatura apresenta-se de forma mais completa para explicar este período da história da moeda.

Como já citado anteriormente neste estudo, nos primeiros anos da República, as dificuldades econômicas e políticas foram as principais causas de fortes emissões. A partir de 1893 o teto fixado é ultrapassado. Os preços subiram de 180% entre 1888 e 1894. Juntou-se também a grande desconfiança pública em relação à circulação monetária devido à falsificação de grandes quantidades de notas. O câmbio caiu e ouro evadiu-se. Enfim, foi uma época que terminou em crise, atingindo seriamente o setor bancário em 1900, com a falência do Banco oficial e outros.

Todo esse período, do ponto de vista econômico, foi caracterizado pela grande instabilidade do sistema monetário. As reformas são praticamente impossíveis de serem julgadas por terem sido realizadas de forma tão rápida.

A partir de 1898, foram grandes os esforços para melhorar a situação econômica do país. Nesse mesmo ano, foi assinado um “Funding Loan” com os credores estrangeiros, o que diminuiu um pouco a pressão da dívida sobre as finanças, permitindo a liberação de recursos para aliviar a circulação das notas.

Digitized by Google

De início, a política monetária foi confiada a Murtinho que praticou uma política de valorização da moeda com o intuito de restabelecer seu poder aquisitivo anterior.

Desde 1898, a situação interna do país tornou-se mais calma, quando foram criados dois fundos, o primeiro foi o Fundo de Garantia e o segundo o Fundo de Resgate do papel-moeda com a finalidade de solidificar o sistema e aumentar a garantia das emissões, diminuindo a circulação das notas. Em 1900, a cobertura das emissões do Tesouro era de 2,14%, e, em 1913 atingiu 32,5%. As emissões de notas diminuíram de 1900 a 1905, ou seja, a circulação do papel-moeda em 1898 era de 788 milhões, em 1902 era de 675 e, em 1905, de 665 milhões. Os preços baixaram entre 1900 e 1914, exceto entre 1902 e 1904. A partir de 1900, a relação de valor da moeda brasileira em relação a outras moedas obteve uma melhora e, a partir desta data, procurou-se sempre a estabilidade do câmbio. Esta preocupação originou-se da importância do comércio exterior para o processo do desenvolvimento da Economia. As importações eram muito importantes ao desenvolvimento da infra-estrutura de base e da industrialização. A capacidade de importar dependia, principalmente, da venda do café. As exportações do café serviam como fundos necessários ao pagamento da dívida externa. O café, portanto, era uma das grandes preocupações governamentais. Além de ter sido o criador de grandes riquezas, sua demanda era submetida a certas particularidades dependentes do mercado mundial. Sua oferta, que foi desequilibrada por uma crise de superprodução, iria ser conduzida por políticas de valorização sempre difíceis.

A evolução monetária, em 1900, sofreu uma forte crise bancária, levando à falência de vários bancos, inclusive o Banco da República do Brasil. Mas, esta crise não durou muito tempo. No final do mesmo ano, os bancos se recuperaram em número bem maior de novos estabelecimentos.

Em 1906, começa a funcionar uma Caixa de Conversão para restabelecer a conversibilidade da moeda e a estabilidade do câmbio. A Caixa emitia notas ao portador de curso legal e conversível em relação ao peso do ouro. O teto de emissão permitido era de 3.200.000 contos de réis.

Digitized by Google

Entre 1900 e 1913 o produto agregado cresceu 4% ao ano, a formação de capital na indústria cresceu em um ritmo mais acelerado, o sistema de transporte é reaparelhado, e mantém-se a estabilidade de preço durante todo esse período. As emissões de papel-moeda passaram de 670 milhões em 1900 a 980 milhões em 1914.

Em 1913, a Guerra dos Bálcãs inicia a crise internacional. O início da Primeira Guerra Mundial trouxe efeitos imediatos sobre o comércio internacional, afetando a receita tributária, o fluxo de pagamentos externos e a indústria do café, provocando grave crise no Brasil. A baixa do câmbio fechou a Caixa de Conversão, esvaziando as suas reservas em ouro e em divisas, obrigando a suspender a conversibilidade de suas notas. Um novo "Funding Loan" foi assinado em 1914. O mesmo serviu para aliviar o balanço de pagamentos e contribuiu para que se pudesse estabilizar a taxa de câmbio em torno de 20 a 25% abaixo da paridade de pré-guerra durante todo o conflito. Nesses anos, graças à rápida adaptação da população e à diversidade dos recursos naturais, a economia brasileira encontrou nessas dificuldades, os elementos necessários para um novo progresso.

As exportações de café diminuíram consideravelmente. Mas em 1915, as exportações dos produtos ultrapassaram as de 1913, graças ao grande esforço da produção agrícola que aumentava sua produtividade.

Devido à diminuição das importações de produtos fabricados em consequência da guerra, a indústria realizou grande esforço para atender às necessidades do mercado interno. O número de indústrias aumentou de 7000 em 1914 para 13000 em 1920.

Apesar disso, a guerra provocou sérios problemas nos setores das finanças e da moeda. Entre 1914 e 1920, as emissões aumentaram 88%, passando de 980 milhões para 1 bilhão 848 milhões de cruzeiros. O encaixe metálico foi reduzido de 57% em1912 para 9,50% em 1920.

A recessão de 1920 teve profundas repercussões sobre a política econômica devido ao impacto desestabilizador sobre a taxa de câmbio e o setor cafeeiro. Uma forte desvalorização cambial agravaria a já precária posição financeira do país e de um grande número de empresas. Desse modo,

Digitized by Google

a reação defensiva por parte dos bancos, que era o corte das linhas de crédito para alcançar níveis mais altos de encaixes, agravou ainda mais a crise de liquidez e os problemas do setor privado. A crise da cafeicultura também se agravou devido à incapacidade do sistema bancário em prestar assistência ao financiamento da comercialização da safra.

Em 1921, ouro e divisas evadiram-se de novo, como aconteceu entre 1888 e 1894, devido às fortes emissões ocorridas nos primeiros anos da República. A política de estabilização do câmbio adotada em 1906, onde foi criada a Caixa de Conversão para emitir notas de curso legal e conversível ao peso do ouro, foi abandonada. O Fundo de Resgate foi suprimido e o Fundo de Garantia confiado ao Banco do Brasil. Também foi criada a carteira de Redesconto do Banco do Brasil, ela teria poderes de emitir notas do Tesouro até um limite ampliado pelo Presidente da República. Em julho de 1923, coube ao Banco do Brasil o monopólio das emissões, que durou somente três anos.

Em 1926, ao assumir o governo, Washington Luís realizou um projeto de reforma monetária propondo a volta ao padrão-ouro. O mil-réis passa a corresponder a 200g de ouro. Uma Caixa de Estabilização é criada para operar a conversão das notas em ouro e do ouro em notas.

Esta reforma tinha como principal objetivo atingir a conversibilidade do total de estoque de moedas em circulação à nova paridade. A conversibilidade plena seria decretada quando o estoque de ouro acumulado pela Caixa fosse considerado suficiente. A reforma monetária seria finalizada com a mudança da unidade monetária, criando o cruzeiro que seria de valor igual ao mil-réis à nova paridade.

A crise de 1929 atingiu profundamente o Brasil, a demanda mundial do café diminuiu, provocando um déficit na Balança Comercial e a baixa do câmbio. A taxa de câmbio foi conduzida além da taxa de conversão, levando as reservas em ouro e em divisas da Caixa de Estabilização a desaparecerem, resultando na liquidação da mesma em 1930.

Digitized by Google

DA SUPERAÇÃO DA CRISE DE 1929 ATÉ O GOLPE MILITAR DE 1964

Segundo Baer (2002), a depressão de 1930 obteve impactos negativos sobre as exportações, com a queda de US$445,9 milhões para 180,6 milhões em 1932. Além da redução das exportações, cessou a entrada de capitais estrangeiros no país. Essa situação obrigou o governo a tomar algumas medidas drásticas como a suspensão de parte dos pagamentos da dívida externa, introduziu o controle de câmbio que, juntamente com a desvalorização da moeda, aumentou os preços das importações.

De acordo com Abreu (1990), as reservas que eram de 31 milhões de libras em setembro de 1929, caíram para 14 milhões em agosto de 1930, desaparecendo em 1931. As importações decresceram em 60% entre 1928 e 1932, enquanto as exportações declinaram 16%. Os preços das importações em mil-réis cresceram 6% e os preços das exportações caíram 25%. A crise cambial que atingiu o Brasil em 1929 – 30 tornou impossível o pagamento do serviço da dívida, pois o mesmo envolveria uma grande proporção do saldo comercial e, além disso, a desvalorização do mil-réis aumentou a carga do serviço da dívida pública.

Segundo Hugon (1972), a cobertura monetária que era de 37% antes da crise foi reduzida a 0% em 1930-1931 e, diante disso, surgiu a necessidade de uma organização mais sólida do sistema bancário. O governo de 1930 anunciou a criação de um Banco que pudesse ser encarregado da emissão de notas, controlar o sistema bancário e o mercado financeiro. Mas este projeto que objetivava a volta da conversibilidade das notas, ou seja, a volta do padrão-ouro, não foi realizado.

A crise esgotou as reservas em ouro e divisas, diminuindo as exportações de café e o seu preço, enfraqueceu a balança comercial e fez cair o câmbio. Esses desequilíbrios demoraram a desaparecer devido às desordens monetárias mundiais causadas pelo decreto da Inglaterra de curso forçado da libra esterlina em 1931 e da separação do dólar do ouro em 1933. Em 1932, tentou-se estabilizar o poder aquisitivo da moeda com a criação da Caixa de Mobilização Bancária que permitia aos bancos particulares o redesconto a

Digitized by Google

longo prazo. Em 1933, o monopólio das operações de câmbio foi confiado à esta Caixa e, através dela, caberia ao banco fixar as variações da taxa de câmbio. A partir de então, o equilíbrio orçamentário foi assegurado e a garantia em ouro da circulação foi sendo reconstituída progressivamente.

Como as saídas de ouro para pagamento da dívida externa ainda continuavam suspensas, em 1939, de acordo com Hugon (1972), as reservas metálicas aumentaram consideravelmente. As emissões de papel-moeda no mercado interno atingiram 5 bilhões de cruzeiros, cerca de 39,3% de aumento em relação a 1929.

Durante o ano de 1939 houve uma redução das importações e um aumento das exportações devido à diversificação da indústria brasileira na década de 1930, onde o açúcar, o cacau e o algodão tornaram-se os principais produtos de exportação.

Segundo Abreu (1990), depois de 1941 as exportações brasileiras continuaram a crescer em conseqüência de acordos de suprimentos de materiais estratégicos aos Estados Unidos por causa da Guerra e também pela compra de carne e algodão pelo Reino Unido e Estados Unidos, que reduziram suas exportações como parte do esforço de guerra. Este aumento das exportações resultou em uma expansão dos saldos da Balança Comercial. Em 1942, pela primeira vez desde a década de 1920, o Brasil começou a acumular reservas cambiais e observou-se a entrada de capitais privados norte-americanos.

A política monetária, no início da década de 1940, tornou-se expansionista confirmando as pressões inflacionárias associadas aos desequilíbrios provocados pela guerra que, de acordo com Abreu (1990), a inflação acumulou entre 15 e 20% ao ano. A mesma foi estimulada pela expansão dos saldos da Balança Comercial junto às restrições ao acesso à importação e à competição entre consumo doméstico e exportação de produtos como a carne.

Em 1942 foi criado o cruzeiro no lugar do mil-réis, mantendo-se a equivalência entre as duas unidades (200mg de ouro). Quando o cruzeiro surgiu, o meio circulante estava caótico. Havia 40 valores de moedas, cada

Digitized by Google

uma com o seu material, circulando: 5 de prata, 14 de bronze-alumínio e 22 de níquel (Scheiner, 2007).

Segundo Hugon (1972), a partir de 1942, a circulação das moedas de prata e de níquel foi suspensa, assim como a liberdade de cunhagem. O sistema, portanto, era o monometalismo-ouro e permanecia a nota inconversível. Em 1945, o decreto-lei nº 4.792 restabeleceu a liberdade de emissão sem limite, de modo que os volumes das emissões não pararam de aumentar chegando a 17 bilhões e meio em 1945. Como conseqüência dessa liberdade cambial e à liberdade de emissão, as reservas acumuladas desapareceram dando livre curso à inflação que continuou em um ritmo acelerado, atingindo anualmente a média de 16% entre 1947 e 1952, e as emissões atingiram 21 bilhões e 692 milhões em 1948, e mais de 31 bilhões de cruzeiros em 1950.

Para que o balanço de pagamentos não se desequilibrasse, o câmbio, que tinha sua liberdade desde 1946, foi novamente controlado em 1947. Mas em 1953, este regime do câmbio congelado chegou ao fim. Essa dissociação do valor externo da moeda, que muito foi realizada pela política monetária, deixou a longo prazo, efeitos bastante perigosos. Entre 1948 e 1953, por exemplo, o poder do cruzeiro no mercado interno baixou 72%, enquanto que seu valor externo permaneceu inalterável em 18,50 por dólar. Assim, houve distorções de preços no setor da produção e as exportações foram sacrificadas. Este defeito, da dissociação dos valores externos e interno da moeda, surgiria novamente nas medidas posteriores que estabeleciam taxas múltiplas de câmbio.

Em 1945 foi criada a SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), órgão do sistema financeiro com muitas atribuições de um Banco Central típico. Era responsável pela política cambial, fixava o percentual de depósitos compulsórios dos bancos, fiscalizava o registro de capitais estrangeiros, podia operar no mercado aberto e fiscalizava os bancos comerciais.

Em outubro de 1953, a SUMOC, através da instrução 70, reintroduziu o regime de taxas múltiplas de câmbio. Esta medida procurava restabelecer o

Digitized by Google

equilíbrio da balança comercial, frear a inflação, reduzir a taxa oficial do câmbio e o poder de compra da moeda.

Essas medidas não obtiveram sucesso. Segundo Hermann (2005), a inflação cresceu em torno de 12% para 20,5%. A explicação para esse aumento da inflação poderia estar no retorno do déficit público, na expansão dos meios de pagamentos e também no impacto das desvalorizações cambiais decorrentes da Instrução 70, que pressionaram os custos de produção das empresas.

Quanto ao desempenho da economia em 1953, de acordo com Viana (1990), o PIB cresceu apenas 2,5%, bem inferior aos anos anteriores. As causas desse pequeno crescimento do PIB foram o fraco crescimento da agricultura (de apenas 0,2%) devido à seca ocorrida neste ano, a estagnação do setor de serviços pela queda do comércio e outros setores com a diminuição das importações.

Novamente, em 1954, as atenções do governo voltaram-se para o problema da inflação, identificado na época com o déficit público, para as pressões em prol da expansão do crédito e do aumento da oferta monetária. O principal objetivo desse governo era enfrentar a difícil situação cambial e criar políticas monetárias e creditícias restritivas. Ambos os objetivos foram frustrados pelo problema do café e do aumento de 100% do salário mínimo. Esse período foi marcado por uma substancial expansão do crédito, que se justificava em atender às demandas dos Estados onde a política do café o exigia, e também pela pressão das indústrias para compensar os efeitos do aumento de 100% do salário mínimo.

Em 27 de outubro de 1958, o ministro da Fazenda Lucas Lopes cria o Programa de Estabilização Monetária (PEM). Segundo Orenstein (1990), este programa se desenvolveria em duas etapas. Na primeira, que seria a fase de transição e reajustamento (até 1959), procuraria reduzir o ritmo da elevação dos preços através de duas metas: uma econômica, que corrigiria as distorções criadas pela inflação e outra social com o objetivo de proteger o salário real ao invés de reajustar constantemente os salários nominais.

Digitized by Google

A segunda etapa seria a fase de estabilização (a partir de 1960) que procuraria a limitação da expansão dos meios de pagamentos necessários para o ritmo do crescimento do produto real, assegurando a estabilidade nos preços internos e o equilíbrio no Balanço de Pagamentos.

Este Programa causou intensas polêmicas na época, provocando debates politizados por vários interesses envolvidos, sobrando assim, pouco espaço para o exame técnico das medidas do PEM. Além disso, o governo acreditava mais em uma política de investimentos do que nas políticas fiscal e monetária que o PEM propunha. Então, o governo preferiu continuar com sua política desenvolvimentista sem uma política de controle monetário, iniciando, a partir de 1961, um período de instabilidade que irá repercutir na economia até 1967.

Em 1961 a situação monetária e financeira do país era grave. Hugon (1972) descreve essa situação através dos seguintes dados: em 1960 os meios de pagamentos eram mais de 692 bilhões de cruzeiros, em 1961 aumentaram 192 bilhões (38,2%). As pressões sobre a emissão eram fortes devido ao aumento do salário mínimo de 60%, ao aumento dos vencimentos dos funcionários públicos federais de 80% e ao aumento dos preços de 30,3% em 1960. O déficit do Tesouro Nacional também aumentou em 77,6 bilhões.

A situação cambial era desfavorável devido aos desequilíbrios das contas externas, agravados pela tendência desfavorável dos termos de intercâmbio, aos juros da dívida externa, às remessas de fundos das empresas aos estrangeiros e ao regime oneroso de subsídios às exportações e às importações.

Em função dessas circunstâncias, a instrução 204 da SUMOC foi apresentada como um reajustamento do mercado cambial imposto pela inflação, exigindo também uma nova orientação da Economia. Segundo Abreu (1990), essa instrução tinha como objetivo a desvalorização da taxa de câmbio e a unificação do mercado cambial. O regime cambial foi transferido para o mercado dito livre; e elevou de 100 a 200 cruzeiros por dólar o custo do câmbio aplicável a importações preferenciais, tais como: trigo, petróleo e papel

Digitized by Google

de imprensa; as demais foram submetidas a câmbio livre.O câmbio para exportação do café e do cacau elevou-se de 90 a 120 cruzeiros.

Assim, a instrução 204 da SUMOC tendia simplificar o sistema de câmbio permitindo maior liberdade ao seu funcionamento e maior liberdade às trocas. Hugon (1972) demonstra esses resultados: no início de 1961, 50% das compras e 40% das vendas de câmbio foram realizadas no mercado livre; essas porcentagens aumentaram em 98% e 72%, respectivamente, no último trimestre do ano.

Apesar de resultados apreciáveis, como a liquidação dos atrasados comerciais que se elevaram a 200 milhões de dólares e do superávit da Balança Comercial de 107 milhões, que registra Hugon,1972, a expansão dos meios de pagamentos continuou em ritmo acelerado, aumentando a inflação em um ritmo que, em 1962 e 1963, ultrapassou 80% ao ano.

Esta expansão se acentuou entre 1961 a 1964. O quadro 03 a seguir mostra a evolução da massa monetária a partir de 1954 a 1964.

Quadro 03 Evolução da massa monetária (1954-1964) Taxa de aumento relativo de um ano para outro (%)

1954-45	17,4%	1959-60	38,2%
1955-56	22,7%	1960-61	50,5%
1956-57	33,8%	1961-62	63,0%
1957-58	21,3%	1962-63	64,1%
1958-59	41,7%	1963-64	29,5%

Fonte: Paul Hugon. 1972, p.172.

Durante este período de, 1954 a 1964, a progressão da massa monetária é contínua. O ritmo é menor em1958 e 1960. A partir de 1961 ela continua a aumentar muito rápido até o fim de 1963 onde atinge 64,1%. Em 1962 e 1963, a inflação passou de 80% ao ano. Esta, desenfreada era bastante perigosa para o desenvolvimento do país. O ritmo e o desenvolvimento que no período de 1957/1961 foram de 7% ao ano, em 1963 foram de apenas 3,5%.

Digitized by Google

A POLÍTICA MONETÁRIA APÓS 1964

Uma nova fase começou com o golpe militar de 31 de março de 1964. O movimento militar de março destituiu o Governo Goulart e levou à Presidência da República o Marechal Castelo Branco. Em novembro de 1964 foi apresentado o Programa e Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado pelo novo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica.

Segundo Resende (1990), as três "normas básicas" do programa desinflacionário do PAEG eram: a contenção dos déficits governamentais, a política salarial e a política de crédito às empresas. A primeira norma (contenção dos déficits) foi a mais bem-sucedida. Os impostos diretos e indiretos foram aumentados. O déficit do governo que era de 4,2% em 1963, chega à apenas 1,6% em 1965 e, em 1966 foi de 1,1%. A forma de financiamento do déficit foi alterada, pois desde 1960 o mesmo era financiado pelas emissões de papel-moeda e, em 1965, mais da metade do déficit foi financiado através da venda de títulos da dívida pública e, em 1966, foi financiado totalmente pelos empréstimos junto ao público.

No segundo trimestre e 1964, a moeda e o crédito expandiram-se igualmente com os preços, ocasionando um aperto na liquidez no último trimestre do ano. Porém, em 1965, as políticas monetárias e creditícias foram bastante folgadas, elevando assim os índices de liquidez real.

De acordo com Resende (1990), as taxas de expansão da moeda no ano de 1965, sempre foram acima da taxa de aumento dos preços. Mesmo com a queda da inflação em 1965, a expansão monetária atingiu 83,5%. A previsão do PAEG que era de 30% de expansão dos meios de pagamentos em 1965, foi, portanto, errada. A principal razão para este desequilíbrio na política monetária parece ter sido o resultado do balanço de pagamentos. A redução da taxa de crescimento tanto em 1964 como em 1965, reduziram as importações. As exportações atingiram um nível recorde em 1965, onde o resultado foi o superávit de US$ 331 milhões no balanço de pagamentos. As reservas passaram de US$ 245 para US$ 484 milhões. A política monetária não teve agilidade suficiente para combater o influxo de moeda gerado pelo

Digitized by Google

superávit do balanço de pagamentos e, até o início de 1966, a liquidez real da economia foi folgada.

Entretanto, a política monetária sofre uma forte mudança ainda no primeiro trimestre de 1966. O governo alertado com a perda do controle monetário em 1965 inicia em 1966 uma verdadeira experiência com a doutrina monetarista. Segundo Resende (1990), o déficit do tesouro foi reduzido a 1,1% do PIB, através da elevação dos impostos e no corte das despesas. Este financiamento do déficit foi feito através da colocação de títulos junto ao público e pelo levantamento de empréstimos externos. Pela primeira vez, o déficit da União não foi financiado pelo recurso de emissão. Assim, o controle das fontes de emissão monetária manteve a taxa de crescimento da moeda em 35,4%, enquanto os preços continuaram crescendo a taxas superiores a 50%, causando um aperto da liquidez na metade de 1966.

A expansão da economia e política monetária de 1967 a 1984

Segundo Lago (1990), em 1964 e 1965, a economia cresceu 3,4% e 2,4% respectivamente, causando um pequeno declínio do produto per capita. Em 1966, a taxa de crescimento do PIB foi de 6,7%, sendo, portanto, satisfatória. A crise de estabilização que aconteceu na metade do ano (1966), causada pelo aperto da liquidez, reduziu esta taxa para 4,2% em 1967. A partir de 1968, ano que se implantou uma política mais expansionista, o produto global e o produto setorial apresentaram um considerável crescimento. Entre 1968 e 1973, o PIB real cresceu 11,2%, chegando a 14% em 1973. O crescimento industrial também foi bastante significativo. No mesmo período, a indústria de transformação e a indústria de construção cresceram à taxa de 13,3% e 15%, respectivamente. Os serviços de utilidade pública cresceram a uma taxa anual de 12,1%. O desempenho do setor primário e do setor terciário também foi muito satisfatório. Todo esse crescimento dos diversos setores da economia foi influenciado por políticas governamentais como o grande volume de crédito concedido à agricultura pelas autoridades monetárias, destaque da

Digitized by Google

soja nas exportações e a mecanização acentuada da agricultura. Este período de expansão da economia entre 1968 a 1973 foi chamado “milagre brasileiro”.

No período de 1967 a 1973, foram utilizados os instrumentos tradicionais de política monetária a fim de reforçá-la. De acordo com Lago (1990), na metade de 1966, realizou-se um forte aperto da liquidez. A partir de 1967, a nova equipe econômica reverteu esta situação expandindo a oferta de moeda. A média de expansão da oferta de moeda em 1967 foi de 2,7%; uma das mais fortes do pós-guerra até o início dos anos 80. Nos anos seguintes (1968 a 1970), houve uma desaceleração dessa taxa e uma aceleração entre 1971 a 1973. Assim, o crescimento médio dos meios de pagamentos alcançou 14% em 1967, 12% em 1968, e 5 a 10% entre 1969 e 1971. A inflação neste período baixou, ficando inferior a 20% de 1967 a 1973.

Um fato importante abalou a economia mundial e brasileira em outubro de 1973: o petróleo quadruplicou os seus preços. A brusca elevação dos preços de produtos essenciais que o Brasil importava como petróleo, carvão, aço, petroquímicos, fertilizantes, papel e diversos produtos industrializados, principalmente os bens de capital, provocou um acentuado déficit na balança comercial e no balanço de pagamentos. Essas alterações nas estruturas dos preços fizeram a inflação retomar um impulso ascendente, acelerando-se.

De acordo com Baer (2002), de 1974 a 1984 os meios de pagamentos se expandiram como se pode observar no quadro 04. Observemos também que a taxa de crescimento dos meios de pagamentos reais (M1) foi menor que a taxa de inflação. Esse crescimento negativo é atribuído ao declínio na demanda por moeda enquanto a inflação acelerava. Houve uma troca para a quase-moeda (poupança, depósito à prazo fixo e títulos do governo) que era indexada de acordo com a inflação.

O crescimento da base monetária, durante a década de setenta, financiado pelo Banco Central e Banco do Brasil, também é atribuído aos aportes de capital estrangeiro e às atividades extraorçamentárias especiais por parte do governo. O Banco Central fornecia os recursos especiais destinados ao setor financeiro, às empresas de exportação e à compra de moeda estrangeira. Caso seus recursos não fossem suficientes para atender a essas

Digitized by Google

obrigações, ele emitia mais moeda. Assim, os empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil, os créditos ao setor financeiro e as operações com moeda estrangeira, foram as principais fontes de expansão da base monetária. Mário Simonsen, ex-ministro da Fazenda e Planejamento do Brasil, como relata Baer (2002), frisou este ponto destacando que o sistema monetário brasileiro possuía uma tendência em direção à expansão dos meios de pagamentos. Reconhecia que era difícil evitar a inflação quando o governo tinha a autoridade de emitir moeda para financiar seus déficits.

Quadro 04 Taxa nominal de crescimento da moeda e do crédito 1971 – 1987 (%)

	M1	Base Monetária	M2	M3	Inflação
1971	32,3	36,3	_	_	18,7
1972	38,3	18,5	_	_	16,8
1973	47,0	47,1	_	_	16,2
1974	33,5	32,9	32,8	40,3	33,2
1975	42,8	36,4	47,7	54,3	30,1
1976	37,2	49,8	37,2	41,2	48,2
1977	37,5	50,7	48,0	52,2	38,6
1978	42,2	44,9	49,3	53,0	40,5
1979	73,6	84,4	75,5	77,2	76,8
1980	70,2	56,9	65,7	72,3	110,2
1981	87,2	78,0	104,7	120,1	95,2
1982	65,0	87,3	83,8	100,9	99,7
1983	95,0	96,3	135,5	170,2	211,0
1984	203,5	243,8	257,9	253,4	223,8
1985	328,2	202,8	287,5	265,4	235,1
1986	306,7	293,4	186,0	124,9	58,5
1987	133,3	181,5	163,4	274,2	396,0

Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim Mensal; Conjuntura Econômica.

Resumindo

Desde 1964, um dos principais objetivos do regime brasileiro foi a eliminação da inflação e suas distorções na economia. Vários governos foram bem-sucedidos. Segundo Baer (2002), a inflação foi reduzida de 92% em 1964

Digitized by Google

para 15,5% em 1973. Isso resultou de medidas de estabilização fiscal e monetária, de uma política salarial restritiva, de um realinhamento de preços controlados, de um sistema cambial ajustado lentamente, da obtenção de recursos não-inflacionários, estimulação da poupança e impedimentos das distorções causadas por forças inflacionárias.

A partir de 1973, começam acontecer mudanças espantosas nas taxas de inflação. De acordo com Gremaud (2006), a taxa mais que duplicou entre 1973 e 1974, ficando de 30% a 48% nos anos seguintes e quase dobrando em 1978 a 1979 (38,9% e 55,8%, respectivamente).

Na primeira metade dos anos 80 a inflação brasileira atingiu o patamar de três dígitos (100% ao ano de 1980 – 1982, e em seguida 200% ao ano de 1983 – 1985). Juntamente o setor real da economia registrou, segundo Rossetti (1998), inconfortáveis indicações de recessão (mesmo sendo satisfatório o crescimento do PIB nos anos de 1980 e 1985, o crescimento plurianual foi praticamente zero entre 1981 a 1984, fazendo o produto per capita recuar aos níveis de cinco anos atrás, formando uma taxa de ociosidade de quase 30% da capacidade de produção).

Quadro 05 Brasil. Taxa de inflação, variação dos agregados monetários e desempenho do setor geral, 1980-1985

Anos	Taxa anual (%) de inflação IGP-D	Variação anual (%) dos agregados monetários					Velocida de-renda de circulaçã o da moeda	Indicadores de desempenho do setor real	
		Base	M1	M2	M3	M4		Variação do PIB	Ociosidade
1980	110,2	56,9	70,2	65,7	72,3	85,3	9,6	7,2	2,1
1981	95,2	69,8	87,1	104,7	120,1	141,9	10	-1,6	10,7
1982	99,7	87,3	71,7	83,7	101	106,7	12	0,9	16,8
1983	211,8	96,3	96,4	134,5	169,6	150	14,6	-3,2	26
1984	238,8	191,2	200,9	256,5	250,4	294,2	15,5	4,5	27,5
1985	235,1	264,6	303,8	287,4	268,4	302,9	23,1	8,3	20

Fonte: ROSSETTI, José Paschoal; LOPES, João do Carmo (1998), p.371.

Digitized by Google

Assim, neste período, ocorre uma inflação crescente juntamente com uma recessão predominando um cenário de estagflação. O quadro 05 reúne indicadores da estagflação dos anos de 1980 a 1985.

Pode-se observar no quadro 05 uma expansão dos agregados monetários (base monetária, M1, M2, M3 e M4) que registrou três compatíveis com a variação dos preços, onde a variação de M4 indica grande preferência do público por acumulação de ativos financeiros indexados, diminuindo a procura por ativos reais. A velocidade – renda da circulação da moeda, M1, passou de um quociente de 9,6 para 23,1, indicando o repúdio do público pela moeda convencional à medida que a inflação acelerava. Isso acontece devido aos agentes econômicos estarem se desfazendo dos seus estoques convencionais de moeda, convertendo-os em ativos quase-monetários quando estes estão sendo protegidos pela correção monetária integral (indexação).

Segundo Rossetti (1998) os monetaristas ortodoxos consideravam que a causa central da inflação do período (1980-1985), era a multiplicidade e o desequilíbrio dos orçamentos públicos. O recurso à emissão acabava, então, como um mecanismo de nivelamento das receitas e despesas públicas. Assim, a expansão da base monetária ou a emissão de títulos públicos pelo Banco Central por conta do Tesouro Nacional acabavam sendo instrumentos de financiamento do déficit público. Com a expansão da base monetária, os meios de pagamentos expandiram inflacionariamente, e com a emissão de títulos as taxas de juros se elevariam, induzindo a uma especulação financeira. Então, o valor da moeda se deterioraria, enquanto os juros e a garantia de correção monetária levariam à um aumento da demanda por ativos financeiros, deprimindo as atividades produtivas no setor real da economia. A política dos ortodoxos, então, seria o saneamento dos orçamentos públicos através de cortes nos gastos de custeio e de investimento, deprimindo ainda mais as atividades da economia. Por isso, as medidas ortodoxas não eram bem aceitas pelo público, fortalecendo então, as abordagens estruturalistas e inercialistas que enfatizavam que uma economia exposta ao mecanismo inercial de indexação e às estruturas oligopolistas de oferta, a solução seria a extinção da correção monetária e o congelamento geral e indiscriminado dos preços.

Digitized by Google

NOVA REPÚBLICA ATÉ1989.

O Plano Cruzado foi implantado em fevereiro de 1986, no inicio da Nova República, estava fundamentado na abordagem estruturalista. O Plano substituiu o cruzeiro pelo cruzado. Segundo Modiano (1990), a taxa de conversão era fixada em mil cruzeiros para um cruzado. Os salários foram convertidos em cruzados, tendo como base o poder de compra dos últimos meses mais um abono de 8%. Para o salário mínimo o abono era de 16%. Os mesmos seriam reajustados anualmente e corrigidos sempre que a inflação acumulasse em 20%. Os preços foram congelados por tempo indeterminado, com exceção da energia elétrica que teve um aumento de 20%. A taxa de câmbio foi fixada em cruzados e, devido à folga cambial e à desvalorização do dólar em relação às demais moedas, não necessitou de uma maxidesvalorização do cruzado.

Ainda segundo Modiano (1990), o Plano Cruzado não estabeleceu metas para as políticas monetárias e fiscais. Houve um aumento substancial na demanda por moeda por parte do público. A taxa de juros seria a variável que sinalizaria uma monetização excessiva ou insuficiente da economia. Com a queda da inflação, a demanda de moeda se elevaria porque não poderia prevê-la não se estabeleceram metas para a oferta de moeda, utilizando assim, a taxa de juros como uma variável de controle. Logo após o plano, observou-se uma monetização excessiva da economia. A base monetária cresceu a uma taxa de 35% em março e abril e o agregado monetário M1 (dinheiro em poder do público mais depósitos à vista nas instituições financeiras) aumentou 80,1% no mês de março.

Essa passividade da política monetária causou uma baixa nas taxas de juros, que era um fenômeno inadequado em uma situação de grande aquecimento da demanda agregada, pois estimulou a explosão dos gastos de consumo em detrimento da poupança.

O aumento do poder de compra dos salários, a despoupança, a redução das taxas de juros e o congelamento de preços foram as principais causas para o crescimento do consumo. De acordo com Baer (2002), as vendas aumentaram 22,8% no primeiro semestre de 1986. A produção de bens

Digitized by Google

duráveis cresceu 33,2%, a taxa de desemprego caiu em março de 4,4% para 3,8% e os salários reais tiveram um ganho de 12%.

O colapso do Plano Cruzado

Em julho de 1986 o governo anuncia um plano para tentar resolver alguns problemas acumulados, como romper o congelamento ou desacelerar a economia. O plano chamado de "Cruzadinho" tentava desaquecer o consumo por meio da imposição de empréstimos compulsórios sobre a gasolina, os automóveis e as passagens aéreas internacionais.

A expectativa de descongelamento dos preços elevou ainda mais o consumo. A inflação ainda permanecia baixa. A crise do Plano Cruzado surgiu também nas contas externas, pela queda das exportações e aumento das importações devido à redução dos investimentos diretos em 1986, do aumento das remessas de lucros e da evasão de capital.

Em 15 de novembro, o governo anuncia outro plano de ajuste, chamado "Cruzado II", cujo foco era controlar o déficit público, aumentando a receita em 4% do PIB, através do aumento de tarifas e dos impostos indiretos. Segundo Modiano (1990), como resultado dessas medidas a inflação renasceu, atingindo 14% em março, 19% em abril e 26% em maio. Assim, a economia tem um desaquecimento com queda da demanda e um desequilíbrio da oferta devido ao longo período de congelamento. Tem-se também uma grande perda de reservas em conseqüência dos saldos negativos da Balança Comercial.

Na opinião de Gremaud (2006), o fracasso do Cruzado pode ser atribuído a problemas de concepção, execução, à duração do congelamento, ao crescimento da demanda e ao descaso pelas contas externas.

O crescimento da demanda causado pelo aumento salarial foi um dos mais importantes problemas de fracasso do Plano Cruzado. O congelamento dos preços interrompeu o funcionamento do mecanismo de preços e o governo se apegou muito na idéia da inflação zero. Na opinião de Baer (2002), se o governo tivesse opinado por um ajuste de preços com ênfase em uma inflação baixa, em vez de zero, poderiam ter mantido a escassez de produtos de alguns

Digitized by Google

setores em nível mais baixo. Muitos outros problemas em relação à posição de preços de empresas públicas poderiam também ser evitados se o governo tivesse aumentado as taxas e tarifas antes do congelamento ou as reajustado aos poucos depois do congelamento.

O Brasil pagou um preço elevado em decorrência da falha do Plano Cruzado. O mesmo perdeu grandes reservas internacionais e, na primeira metade de 1987, o Brasil entra em uma recessão causada, principalmente, pelo ressurgimento da inflação e a perda do poder aquisitivo do trabalhador no final do ano de 1986.

Plano Bresser

O plano Bresser foi apresentado em 12 de junho de 1987 e apesar de incluir congelamento de preços e salários, ele era diferente do plano anterior pela flexibilidade dessas medidas que deviam durar noventa dias com reajustes periódicos. Essas medidas também foram aplicadas aos preços do setor público e ao câmbio com a finalidade de evitar os déficits das empresas públicas e a supervalorização da moeda que poderia prejudicar as exportações do país. O Plano Bresser também anunciou a adoção de políticas monetária e fiscal ativas. Em relação à política monetária, o governo praticaria taxas de juros reais positivas com o objetivo de inibir a especulação com estoques e o consumo de bens duráveis. De acordo com Modiano (1190), a política fiscal visava reduzir o déficit público em 1987 dos 6,7% do PIB para cerca de 3,5%.

Segundo Baer (2002), a taxa de inflação caiu de 27,7% em maio para 4,5% em agosto, tornando a aumentar dois dígitos em outubro. Mas as pressões pela recomposição de salários, o aumento dos preços dos serviços públicos e outros setores acabaram com o Plano que se assentava na contenção salarial e na elevada taxa de juros, levando a uma rápida aceleração inflacionária. Junta-se a isso as falhas no controle do déficit público causado pelo aumento dos gastos com funcionários públicos, aumento das transferências a Estados e Municípios e os subsídios às empresas estatais.

Digitized by Google

A inflação, segundo Modiano (1990), passou de 5,7% em setembro para 14,1% em dezembro de 1987 e as necessidades de financiamento do setor público somaram 5,4% do PIB em 1987.

A política econômica "feijão-com-arroz"

Segundo Modiano (1990), o novo ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, anunciou em janeiro de 1988 a nova política econômica "feijão-com-arroz", que visava a estabilização da inflação em 15% ao mês e a redução do déficit público em 7 a 8% do PIB para o ano de 1988. Para reduzir o déficit público foram congelados os saldos dos empréstimos ao setor público e suspensos por dois meses os reajustes salariais dos funcionários públicos.

Em relação à expansão monetária, a redução dos déficits públicos foi em parte neutralizada pelas operações com moeda estrangeira decorrente das emissões de cruzados para cobrir os superávits da balança comercial.

De acordo com Baer (2002), a moratória dos juros da dívida externa, que foi decretada em fevereiro de 1987, foi suspensa e conteve a inflação abaixo dos 20% ao mês no primeiro semestre de 1988. Mas, no segundo semestre, a taxa de inflação aumentou para 24% devido à recomposição das tarifas públicas, evidenciando o fracasso da política do "feijão-com-arroz". Além disso, a política monetária não pretendeu ser contracionista devido aos mega-superávits acumulados da Balança Comercial.

Ainda de acordo com Baer (2002), com a Constituição de 1988 a situação piorou, pois a mesma aumentou as vinculações da receita, aumentando as transferências de impostos para Estados e Municípios sem o repasse das obrigações, o que desequilibrava o orçamento federal e encarecia o custo da mão-de-obra para os setores produtivos. Assim, um ajuste fiscal dentro de um programa de estabilização por parte do governo se tornava difícil uma vez que 92% da receita da União estava comprometida com Estados, Municípios, pessoal, encargos da dívida e outras vinculações.

Digitized by Google

O Plano Verão

No início de 1989 o governo tentou um novo plano para lidar com a inflação e contrair a demanda agregada. Chamado "Plano Verão", suas principais medidas eram um novo congelamento de preços e salários, eliminação da indexação (correção monetária de preços, salários e ativos financeiros que tendem propagar a inflação passada para o futuro) exceto para os depósitos de poupança, a introdução de uma nova moeda, o "Cruzado Novo", equivalente a mil cruzados. Esta foi uma tentativa de restringir a expansão monetária e de crédito, aumentando as reservas para 80% e reduzindo os prazos de empréstimos ao consumidor de 36 para 12 meses e, finalmente, uma desvalorização cambial de 17,73%.

Em relação à política monetária seriam utilizados os seguintes instrumentos básicos: aumento da taxa de juros para inibir os movimentos especulativos, controle do crédito privado, e aumento do recolhimento compulsório e redução das operações com moeda estrangeira.

Os fracassos dos planos anteriores se depararam com a falta de credibilidade do governo e tornaram sem efeito os decretos oficiais para congelar e desindexar preços, resultando no uso de medidas extralegais para aumentar os preços. A crise piorou nos últimos quatro meses, pois a falta de um ajuste fiscal eficiente e os persistentes déficits orçamentários obrigaram o governo a manter uma alta taxa de juros. Todos esses aspectos levaram a uma rápida aceleração da inflação atingindo 80% no último mês do ano de 1989.

A principal característica do ano de 1989 foi um notável descontrole das contas públicas, com o aumento nos déficits operacionais e no endividamento interno. Esse quadro levou a uma política monetária que visava sustentar taxas de juros elevadas, endogeneizando a oferta monetária e causando um descontrole da política monetária. Assim as políticas econômicas se tornaram ineficientes devido à política fiscal e monetária serem dependentes da rolagem da dívida interna.

Digitized by Google

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando surgiram os primeiros agrupamentos humanos não se utilizava qualquer forma de moeda. Eram realizadas trocas diretas em espécie chamadas de escambo. Os indivíduos dispunham de produtos desejados por outros que também possuíam excedentes de produtos para a troca. Dessa forma, as trocas eram realizadas diretamente em espécie. Existiram diversos tipos de mercadoria a serem utilizadas para esse fim como o sal, peles, couro, ornamentos, feijão, armas e outros. Eram mercadorias que facilitavam a troca direta ou o escambo, permitindo a simplificação de cálculos reduzidos pelas partes. Mesmo assim, sempre surgiam certas dificuldades neste processo de troca. Essas mercadorias não possuíam valores constantes, existiam formas indivisíveis e perecíveis. A evolução monetária prosseguiu com a finalidade de eliminar essas dificuldades, surgindo assim, os metais preciosos para servir como moeda.

Vários tipos de metais como o ferro, o cobre, o bronze, o ouro e a prata foram usados por diversas nações como moeda. As mesmas adquiriam formas de peixe, faca, chave, machado, concha, enxada, argolas etc. Também existiam moedas com figuras de pessoas,animais, plantas e objetos. César, imperador de Roma, no ano de 45 a.C. foi o primeiro a colocar seu retrato em moedas.

A descoberta da moeda obteve um grande marco no desenvolvimento das sociedades. Através dela todos os indivíduos passaram a satisfazer as suas necessidades que não podiam produzir. A mesma facilitou a troca podendo os indivíduos ter acesso àquilo que sua moeda lhe dá o direito, tornando-se criadora da propriedade individual. Com a divisão do trabalho e o desenvolvimento da economia, a moeda adquiriu novas funções. Além das funções de intermediária de trocas e da propriedade individual, a moeda serve

Digitized by Google

como medida de valor, instrumento de poder, como padrão de pagamentos diferidos, ou seja, facilita o pagamento futuro de uma mercadoria.

O conjunto de várias moedas que circulam em um país e que possuem entre si relações de valor estabelecidas pelas autoridades é o que chamamos de sistema monetário. O mesmo classifica-se em monometálico e bimetálico. Nos sistemas monometálicos a garantia é representada por um só metal (ouro ou prata) e no sistema bimetálico é representado por dois metais (ouro e prata). As relações entre o ouro e a prata sofriam alterações de acordo com o país e a época.

O padrão-ouro foi um sistema monetário adotado principalmente na época em que a Inglaterra era o país hegemônico e o seu padrão monetário era imposto ao mundo. Este sistema era parcialmente representativo e a base monetária era as moedas de ouro, ou seja, o público efetuava depósitos nas casas bancárias e recebia em troca o certificado de depósito conversível em ouro. Neste sistema os meios de pagamentos eram representados pelas moedas de ouro em poder do público juntamente com os certificados de depósitos emitidos pelos bancos. Os bancos então, mantinham suas reservas metálicas que se constituíam em depósitos efetuados pelos públicos.

O padrão-ouro nos países periféricos não obteve sucesso devido aos sistemas bancários serem frágeis e vulneráveis a dificuldades no Balanço de Pagamentos. Na Europa Ocidental a estabilidade desse sistema se deu somente no período de 1870 a 1913. Porém, após a Segunda Guerra, ficou cada vez mais difícil de manter esse sistema porque o estoque de metal precioso não era mais suficiente para atender aos portadores de nota que desejavam a sua conversão em metal. A partir da quebra do padrão-ouro, o valor da moeda hegemônica passou a variar conforme a variação monetária do valor das principais moedas mundiais.

A Política Monetária é composta por instrumentos monetários que têm a finalidade de controlar a oferta de moeda na economia. No Brasil, foram utilizados durante o período estudado instrumentos como a taxa de redesconto, encaixes bancários compulsórios, operações de mercado aberto,

Digitized by Google

controle da taxa de juros, seleção de créditos e limitação da capacidade de expansão de empréstimos.

No início do período colonial no Brasil circulavam várias moedas trazidas pelos colonizadores, invasores e piratas que comercializavam na costa brasileira. Existia uma verdadeira desordem nos meios de pagamentos durante o período colonial. Várias reformas foram feitas nos meios de pagamentos mas as mesmas não obtinham sucesso devido à desorientação da Corte no Brasil. Para o governo Português a moeda foi apenas um recurso extraordinário de receita e, não muito freqüente, um instrumento intermediário de trocas. Por isso, a moeda metálica na Colônia não desempenhou uma função econômica. O produtor não precisava de numerário, porque o pagamento do trabalho se reduzia à manutenção do escravo. Nos locais de produção o regime das trocas diretas era uma regra, existindo a mercadoria moeda mais do que propriamente a moeda metálica. A moeda só acumulava nas cidades mais importantes e nas mãos dos ricos; estes, por sua vez, mais a entesouravam do que a faziam circular. Além disso, existiram várias relações entre o ouro e a prata e a moeda era falsificada com muita facilidade. Portanto, no início do período colonial a multiplicidade das moedas que circulavam, as indefinições em relação ao padrão monetário e a heterogeneidade dos meios de pagamentos atuaram como uma barreira ao crescimento econômico neste período.

A partir de 1808 começa a surgir as primeiras tentativas de reorganizar o sistema monetário na Colônia. Foi criado então, o Banco Público em 4 de agosto de 1808 com a finalidade de permutar por moedas as barras e o ouro em pó para evitar a saída dos mesmos para o exterior. Esta primeira tentativa fracassou pela decadência do ouro e pela falsificação das letras à vista. A segunda tentativa foi a criação do primeiro Banco do Brasil onde o sistema monetário consistia em moeda de papel conversível à vista em moeda metálica, ouro ou prata. O primeiro Banco do Brasil fracassou devido às grandes emissões causadas pela necessidade de obter receita pública, pela Guerra da Cisplatina (1825 – 1828), que contribuiu para aumentar o déficit, e pelo procedimento incorreto de sua administração.

Digitized by Google

Em 1846 uma nova tentativa foi realizada para uniformizar o sistema monetário, sanear e ajustar o valor da moeda às condições do mercado de metais preciosos. Fundou-se um segundo Banco do Brasil no qual somente ele tinha o poder de emissão. Devido a uma crise norte-americana em 1857, a qual o Banco do Brasil não suportou, foi restabelecida a pluralidade de emissão. Essa medida deu certo e o Banco do Brasil pôde restabelecer o monopólio das emissões. Mas, em 1865, este progresso se interrompe devido à participação do Brasil na Guerra contra o Paraguai, que acarretou grandes emissões de papel inconversível para custear as despesas da guerra. A partir de então, novas tentativas foram realizadas para diminuir a circulação de notas, mas sempre surgiam novas exigências de novas emissões.

Portanto, no período que antecedeu a República, as principais causas que contribuíram para o fracasso das diversas tentativas de reformar o sistema monetário foram: a decadência do ciclo ouro, falhas nas tentativas de obter receita pública através da tributação - apelando para fortes emissões para obter essas receitas-, e o envolvimento do Brasil em conflitos como a Guerra da Cisplatina, a Guerra do Paraguai e falta de procedimento correto na administração dessas reformas.

No final dos anos de 1880, a economia brasileira esteve diante de novas condições no qual as instituições monetárias não eram preparadas para atender às novas necessidades da economia. Essas novas condições eram a difusão do trabalho assalariado, a realocação de recursos provocada pela entrada de imigrantes e pela abolição, a expansão no nível de atividade e a sucessão de anos favoráveis para o balanço de pagamentos. Esses fatores criaram a necessidade de mais numerário dentro do país. O sistema bancário brasileiro da época era pouco desenvolvido para atender à essas necessidades. No período de 1888 a 1890 verificou-se uma evolução da moeda fiduciária acompanhada de medidas tomadas para aumentar o controle sobre o sistema monetário. Essas medidas foram manifestadas pela centralização bancária em direção a um banco central induzida pelo governo para promover a estabilidade cambial e monetária.

Digitized by Google

A administração de Rui Barbosa, em 1890, preocupou-se somente com a meta da expansão monetária e do crescimento do nível da atividade. Mas uma queda da taxa de câmbio em abril de 1890, levou Rui Barbosa a realizar uma política cambial com a tendência de estabilizar o câmbio.

No início de 1891, o papel-moeda quase dobrou sua emissão passando de 289.691,5 contos para 513.348,8 contos e a taxa de câmbio sofreu uma forte queda. Esses dois acontecimentos iriam mudar a trajetória da economia brasileira nos anos posteriores.

Para os especialistas da época, a baixa do câmbio se deu em conseqüência da expansão monetária. Mas para Rui Barbosa e os papelistas, a desvalorização cambial deveu-se a problemas no balanço de pagamentos e não à expansão monetária. Contudo, em uma análise feita por Gustavo Franco (1983), a desvalorização cambial se deu por causa dos déficits no balanço de pagamentos.

Os progressos do período de 1888 a 1890 foram aos poucos destruídos ao longo da década de 1890. O grande banco (Banco da República) foi progressivamente esvaziado durante os anos noventa. Em 1897 suas emissões foram controladas pelo Estado que o destinou a cuidar exclusivamente da política cambial.

A partir de 1898, a situação interna tornou-se mais calma. Foram criados os Fundos de Garantia e de Resgate do papel-moeda com o objetivo de solidificar o sistema monetário, aumentando a garantia das emissões e diminuindo a circulação das notas. A partir de 1900, a relação de valor da moeda brasileira em relação a outras moedas obteve uma melhora e, a partir de então, procurou-se sempre a estabilidade do câmbio que era importante para o processo de desenvolvimento da economia.

Em 1906 começou a funcionar a Caixa de Conversão para restabelecer a conversibilidade da moeda e do câmbio. A mesma emitia notas de curso legal e conversível ao peso do ouro. De 1900 a 1913 a economia obteve um bom crescimento, mas o início da Primeira Guerra Mundial trouxe grave crise ao Brasil afetando a indústria do café que era de fundamental importância para o desenvolvimento da economia do país. O câmbio baixou fechando com isso

Digitized by Google

a Caixa de Conversão, esvaziando as reservas em ouro e em divisas, suspendendo a conversibilidade de suas notas.

Apesar da rápida adaptação da população à crise e à diversidade dos recursos naturais que levou a economia brasileira a encontrar um caminho para novo progresso, a guerra provocou sérios problemas nos setores das finanças e da moeda. Entre 1914 e 1920, as emissões aumentaram 88%. O encaixe metálico reduziu de 57% em 1912 para 9,5% em 1920.

Em 1926 foi realizado um projeto de reforma monetária propondo a volta do padrão-ouro. Uma Caixa de Estabilização foi criada para operar a conversão das notas em ouro e do ouro em notas. O mil réis passa a corresponder a 200 gramas de ouro. O principal objetivo era atingir a conversibilidade total de estoque de moeda em circulação à nova paridade. No final esta reforma seria finalizada criando o cruzeiro que seria de valor igual ao mil réis. Mas essa primeira tentativa de criar o cruzeiro não obteve sucesso devido à crise de 1929 que atingiu profundamente o Brasil. Com esta crise, a demanda mundial do café diminuiu provocando um déficit na balança comercial e a baixa do câmbio. As reservas em ouro e em divisas da Caixa de Estabilização desapareceram, levando à liquidação da mesma em 1930. Com isso, a cobertura monetária, que era de 37% antes da crise, foi reduzida a 0% em 1930 e 1931, surgindo a necessidade de uma organização mais sólida do sistema bancário.

Em 1932, tentou-se estabilizar o poder aquisitivo da moeda com a criação da Caixa de Mobilização Bancária que ficou responsável em fixar as variações da taxa de câmbio. A partir de então, o equilíbrio orçamentário foi assegurado e a garantia em ouro da circulação foi sendo reconstituída progressivamente.

Do início da República até fins da década de 1930, os principais acontecimentos que influenciaram nas tentativas de sanear o sistema monetário foram a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929.

Em 1939, as saídas de ouro para pagamento da dívida se encontravam suspensas e com isso as reservas metálicas aumentaram consideravelmente. As emissões de papel-moeda no mercado interno chegaram a 5 bilhões de

Digitized by Google

cruzeiros, cerca de 39,3% de aumento em relação a 1929. A política monetária no início de 1940 foi expansionista, aumentando a inflação que também estava associada aos desequilíbrios provocados pela Segunda Guerra Mundial. A inflação acumulou entre 15 e 20% ao ano neste período.

Em 1942 encontrava-se no meio circulante quarenta valores de moeda. Circulavam cinco de prata, quatorze de bronze-alumínio e vinte e duas de níquel. Para solucionar este problema foi criado, no mesmo ano, o cruzeiro no lugar do mil-réis mantendo-se a equivalência entre as duas unidades. A circulação das moedas de prata e de níquel e a liberdade de cunhagem foram suspensas. O sistema monetário era o monometalismo-ouro permanecendo a nota inconversível.

A partir de 1945 restabeleceu-se a liberdade de emissão e a liberdade cambial, que fizeram as reservas acumuladas desaparecerem, a inflação crescer anualmente à média de 16% entre 1947 e 1952, e as emissões atingirem 21 bilhões em 1948 e méis de 31 bilhões de cruzeiros em 1950. Entre 1948 e 1953 o poder do cruzeiro no mercado interno baixou 72%.

De 1954 a 1963 o governo sempre se deparou com o problema da inflação que era associada ao aumento da oferta monetária. As tentativas de conter a inflação foram fracassadas em 1954 pela expansão do crédito para atender às demandas onde a política do café o exigia e pela pressão das indústrias para compensar os efeitos do aumento de 100% do salário mínimo. Em 1958 o Programa de Estabilização Monetária (PEM) não obteve espaço pois o governo da época acreditava mais em uma política de investimentos do que na política fiscal e monetária proposta pelo PEM.

De 1960 a 1963 as pressões sobre a emissão foram fortes devido ao aumento de 60% do salário mínimo, ao aumento dos vencimentos dos funcionários públicos federais de 80% e ao aumento dos preços de 30,3% em 1960. A inflação aumentou em um ritmo que ultrapassou 80% ao ano em 1962 e 1963.

A expansão dos meios de pagamentos se acentuou de 1961 a 1964. Em 1963 essa expansão atingiu 64,1% e 83,5% em 1965 e ,nesse ano, a principal causa dessa expansão foi o superávit do Balanço de Pagamentos que

Digitized by Google

aumentou as reservas de US$ 245 para US$ 484 milhões, não tendo a política monetária agilidade para combater esse influxo de moeda. Assim, a liquidez real da economia foi folgada no início de 1966.

Em 1966 o governo, assustado com o descontrole monetário de 1965, deixou de financiar o déficit do Tesouro pelo recurso de emissão e este financiamento foi realizado através da colocação de títulos junto ao público e pelo levantamento de empréstimos externos. Assim, a taxa de crescimento da moeda manteve-se em 35,4%, enquanto os preços continuaram crescendo a taxas superiores a 50% causando, portanto, um aperto da liquidez.

Em 1967, a nova equipe reverte esta situação expandindo a oferta de moeda em uma média de 2,7%. Nos anos de 1968 a 1970 houve uma desaceleração dessa taxa, diminuindo o crescimento médio dos meios de pagamentos em 14% em 1967, 12% em 1968 e 5 a 10% entre 1969 e 1971. Nos anos de 1971 a 1973 houve uma aceleração da taxa de oferta de moeda quando o crescimento dos meios de pagamentos foi de 18% em 1972 e 28% em 1973. Nota-se que neste período, de 1967 a 1973, a inflação obteve índices relativamente baixos, com média inferior a 20% ao ano, e a expansão dos meios de pagamentos manteve-se também em níveis mais baixos do que 1965 que foi de 83,5%. Lembramos também que neste período (1967 a 1973) a economia brasileira apresentou uma extraordinária expansão, caracterizando o chamado “milagre brasileiro”. A economia, favorecida por vários fatores, obteve um crescimento acelerado com taxas superiores a 10% ao ano.

A partir de 1974 esta boa situação do país começa a mudar. O choque do Petróleo, em outubro de 1973, causou alterações profundas na estrutura dos preços, fazendo a inflação acelerar.

A partir de 1976 houve uma preferência pela quase-moeda (poupança, depósito à prazo fixo e títulos do governo) devido ao aumento da inflação. Essa troca da moeda pela quase-moeda se deu porque esta última era indexada de acordo com a inflação.

A base monetária, durante a década de 1970, também foi expandida e esse fato foi atribuído aos empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil, aos créditos ao setor financeiro e às operações com moeda estrangeira. O Banco

Digitized by Google

Central que fornecia esses recursos para cobrir os déficits do Balanço de Pagamentos, emitia mais moeda quando seus recursos não eram suficientes.

A inflação não parou de crescer atingindo 100% ao ano em 1980 a 1982 e 200% ao ano de 1983 a 1985. Em fevereiro de 1986 a nova reforma monetária, com o principal objetivo de combater a inflação, criou uma nova moeda, o cruzado. A taxa de conversão foi fixada em 1000 cruzeiros por 1,00 cruzado. O Plano Cruzado foi fundamentado no congelamento dos preços por tempo indeterminado. O mesmo não estabeleceu metas para a política monetária e fiscal. A taxa de juros seria a variável que sinalizaria uma monetização excessiva ou insuficiente da economia. De fato houve uma monetização excessiva da economia. A base monetária cresceu 35% em março e abril e o agregado monetário M1 aumentou 80,1% no mês de março. A passividade em relação à política monetária causou uma baixa nas taxas de juros que estimulou os gastos de consumo em detrimento da poupança. Assim, o aumento do poder de compra dos salários, a despoupança, a redução das taxas de juros e o congelamento dos preços foram as principais causas do aumento do consumo. A tentativa de descongelamento dos preços elevou ainda mais o consumo. Devido à redução dos investimentos houve uma queda das exportações e aumento das importações. Para controlar o déficit público o governo anunciou o aumento das tarifas e dos impostos indiretos. Essas medidas fizeram a inflação ressurgir em um patamar de 26% em maio.

Com o fracasso do Plano Cruzado, o Brasil perdeu grandes reservas internacionais em conseqüência dos saldos negativos da Balança Comercial e entrou em recessão na metade de 1987 com o ressurgimento da inflação. O novo plano apresentado em junho de 1987, o Plano Bresser, também fracassou. O mesmo visava o congelamento de preços e salários e uma prática de juros altos para inibir o consumo. A inflação caiu de 27,7% para 4,5% em agosto de 1987, mas as pressões pela recomposição de salários e o aumento dos preços de serviços públicos, acabaram com o Plano que se assentou na contenção salarial e na elevada taxas de juros, levando a uma rápida aceleração inflacionária que saltou para 14% em dezembro de 1987.

Digitized by Google

Em 1988 a política econômica “feijão-com-arroz”, visou mais uma vez a estabilização da inflação e a redução do déficit público. O governo contentou-se apenas com o propósito de evitar a hiperinflação e um colapso total da economia. A recomposição das tarifas públicas aumentou a taxa de inflação para 24% evidenciando o fracasso dessa política. A política monetária foi expansionista devido aos superávits acumulados da Balança Comercial. Outro fator que levou ao fracasso deste Plano foi a nova Constituição de 1988 que fez com que 92% da receita da União ficasse comprometida com Estados, Municípios, pessoal, encargos da dívida e outras vinculações, tornando difícil o ajuste fiscal por parte do governo.

A persistência de taxas inflacionárias crescentes obrigou o governo a lançar um novo conjunto de medidas antiflacionárias - o Plano Verão – em janeiro de 1989. Este plano visava um novo congelamento de preços e salários, eliminação da indexação - exceto para os depósitos de poupança - e a introdução de uma nova moeda, o “cruzado novo”, equivalente a mil cruzados. Tentou também restringir a expansão monetária aumentando as reservas para 80%. Seria usado, em relação à política monetária, o aumento da taxa de juros para inibir a especulação, o controle do crédito, o aumento do recolhimento compulsório e reduzir as operações com moeda estrangeira. A falta de credibilidade do governo fez com que surgissem medidas extralegais para aumentar os preços. A falta de um ajuste fiscal eficiente e os persistentes déficits obrigaram o governo a manter a taxa de juros em níveis elevados. Tudo isso fez a inflação atingir 80% em dezembro de 1989.

O ano de 1989 ficou marcado pelo descontrole das contas públicas, pelo aumento nos déficits operacionais e um grande endividamento interno. A política monetária foi levada a sustentar taxas de juros elevadas, endogeneizando a oferta monetária, ou seja, a política monetária tornou-se dependente da rolagem da dívida interna, causando um descontrole da mesma.

Para finalizar, analisa-se que este trabalho atingiu os objetivos a que se propôs e mostrou que a moeda por si só, tem valor, porém, é socialmente que ela assume sua maior importância, uma vez que é o ator principal de

Digitized by Google

intermediação entre as pessoas, o mercado e o Estado, para a compra, a venda e realizações de suas necessidades, tanto individuais quanto coletivas. Representa também a posição de uma sociedade ou nação em relação à outra, quanto ao seu poderio comercial, bélico e de evolução e organização social e econômica.

Digitized by Google

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva. et. al. **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Crise, Crescimento, e Modernização Autoritária: 1930-1945**. 20ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

ALMEIDA, João Ferreira. **A Bíblia Sagrada**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BAER, Werner. **Economia Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 24º ed. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2005.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer. et. al. **Economia Brasileira Contemporânea, 1945-2004**. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CARREIRO, Carlos Porto. **Lições de economia política e noções de finanças**. 5. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1944.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1996.

CASTRO, H. O. Portocarrero de, **As Causas Econômicas da Concentração Bancária**, IBMEC, Rio de Janeiro, 1979.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DODD, Nigel. **A sociologia do dinheiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

EICHENGREEN, B. **A globalização do capital. Uma história do sistema monetário internacional**. Trad. Ségio Blum. São Paulo, 2000.

Digitized by Google

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. **Reforma Monetária e Instabilidade durante a Transição Republicana**. Rio de Janeiro: BNDES, 1983.

GIL, Antonio Carlos. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de Pesquisa em Economia**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A.,1995.

GALBRAITH, John Kenneth. **Moeda: de onde veio, para onde foi**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

GALVES, Carlos. **Manual de economia política atual**. 14. ed. Florence Universitária, 1996.

GASTALDI. J. Petrelli. **Elementos da economia política**. 16. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995.

GREMAUD, Amaury Patrick; JÚNIOR, Rudiney Toneto. **Economia Brasileira Contemporânea**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira. A época Colonial: administração, economia, sociedade.** 9º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico: o processo de emancipação**, tomo II. 9º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

HUGON, Paul. **A moeda: introdução à análise e às políticas monetárias e à moeda no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Biblioteca de ciências sociais, 1972.

HUGON, Paul. **Histórias das Doutrinas Econômicas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica Geral**. 46. reimp. da 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1945.

Digitized by Google

LACERDA, Antônio Correia de; BOCCHI, João Ildebrando. **Economia Brasileira.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

LAGO, Luiz Aranha Correia do. et. al., **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. A Retomada do Crescimento e as Distorções do "Milagre": 1967-1973**. 20ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MANKIW, M. Gregory. **Introdução à economia: Princípios de micro e macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Campus, 2001.

MARX, Karl. **Crítica da economia política: o processo global de produção capitalista**. 5. ed. Bertrand Brasil, 1991.

MILL. Stuart. **Princípios de economia política**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MODIANO, Eduardo Marco. et. al., **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. A Ópera dos Três Cruzados: 1985-1989**. 20ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio Cláudio. et. al. **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Democracia com Desenvolvimento: 1956-1961**. 20ª reimpressão. Rio de Janeiro, 1990.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de economia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pioneira, 1999.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de economia.** 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

PELAEZ, Carlos Manuel, SUZIGAN, Wilson. **História Monetária do Brasil.** Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1976.

RATTI, Bruno. **Comércio Internacional e Câmbio**. 10. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

Digitized by Google

RESENDE, André Lara. et. al., **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Estabilização e Reforma: 1964-1967**. 20ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier,1990.

RICARDO, David. **Os economistas: princípios de economia política e tributação**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

ROSSETTI, José Pascoal; LOPES, João do Carmo. **Economia Monetária**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SANTOS, Antonio Raimundo. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SAY, Jean Baptiste. **Tratado de Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. 1. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

VIANNA, Sérgio Besserman. et.al., **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Duas Tentativas de Estabilização: 1951-1954.** 20 ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

WEBER, Max. **História geral da economia**. 1. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

Digitized by Google